



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 29/10/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado lamentou a morte de quatro policiais durante operação das polícias Civil e Militar no Rio de Janeiro (RJ), que resultou em mais de sessenta mortes de criminosos, apreensão de drogas e armamentos e mobilização de 2.500 policiais. Criticou o Governo Federal por não apoiar ações anteriores do Estado, incluindo a negativa de blindados, e questionou a cobertura internacional e nacional sobre violência e segurança pública. Destacou o uso de *drones* por facções criminosas e contestou projetos de Deputados de Esquerda que restringiam a atuação policial. Afirmou que a violência organizada é financiada por grandes recursos e criticou narrativas que protegem criminosos, defendendo o apoio incondicional às forças de segurança na proteção da população.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado defendeu a recondução do Dr. Edvaldo Nilo ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público por mais um biênio no âmbito do Objeto de Deliberação nº 3, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional do Ministério Público. Destacou a trajetória acadêmica e profissional de Nilo, mencionando mestrado, doutorado, pós-doutorados, livros publicados e experiência como Procurador do Distrito Federal. Ressaltou a competência, ética, imparcialidade e a capacidade de articulação política do Conselheiro, afirmando que ele representava a Câmara dos Deputados de forma exemplar. Solicitou aos colegas votos de confiança para a recondução, lembrando que Nilo já havia recebido mais de quatrocentos votos na última eleição e defendendo que sua continuidade contribuiria para a manutenção da experiência e equilíbrio no Conselho Nacional do Ministério Público.

Filipe Martins (PL - TO) - O Deputado manifestou apoio à recondução do Dr. Edvaldo Nilo ao Conselho Nacional do Ministério Público no âmbito do Objeto de Deliberação nº 3, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, elogiando sua atuação e ressaltando a amizade e parceria que mantém com o Conselheiro. Afirmou que Nilo tinha total apoio para continuar desempenhando seu trabalho no País. Além disso, mencionou a visita de Jean, ex-Vereador de Presidente Kennedy (TO), ao Congresso Nacional, destacando o interesse do visitante em conhecer o Parlamento e futuramente integrar o Legislativo federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Ismael (PSD - SC) - O Deputado saudou o Dr. Edvaldo Nilo, candidato à recondução no Conselho Nacional do Ministério Público no âmbito do Objeto de Deliberação nº 3, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, destacando seus méritos e qualificações. Reforçou o apoio à continuidade de Nilo no cargo e antecipou a celebração da vitória, reconhecendo a importância de sua atuação para a representação da Câmara dos Deputados no Conselho.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada expressou preocupação com a situação de violência no Rio de Janeiro (RJ), citando complexos de favelas como o Alemão, a Maré e o Israel, onde operações policiais resultaram em mortes de civis e criminosos. Criticou a condução do Governador e destacou que a narrativa de que a Esquerda defende criminosos não correspondia à realidade. Enfatizou a necessidade de políticas públicas coordenadas, que considerem a presença de moradores, trabalhadores, mulheres e crianças, e pediu um esforço conjunto entre os governos e o Legislativo. Reforçou que o debate sobre segurança deve ser feito com responsabilidade, separando o combate ao crime do impacto sobre a população e defendendo uma abordagem planejada e integrada.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado cumprimentou o Conselheiro Edvaldo Nilo de Almeida, destacando sua trajetória e conhecimento jurídico, e defendeu sua recondução ao Conselho Nacional do Ministério Público no âmbito do Objeto de Deliberação nº 3, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional do Ministério Público. Ressaltou que Nilo havia recebido unanimidade nas indicações e enfatizou a importância de que a Câmara pautasse rapidamente a votação para manter o Conselheiro no cargo. Destacou que a função do Conselho é acompanhar e garantir boas práticas no Ministério Público, garantindo que a instituição preste um serviço de qualidade à sociedade. Reiterou apoio a Nilo, reconhecendo seu preparo e compromisso com o trabalho jurídico e institucional.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a operação de segurança realizada no Rio de Janeiro (RJ), classificando a ação do Governador Cláudio Castro como desorganizada e sem inteligência, e afirmou que a violência resultou em cerca de 120 mortos, superando o número de vítimas do Carandiru. Acusou o Governador de colocar policiais e população em risco e de buscar culpar o Governo Federal, sem utilizar corretamente os mecanismos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Defendeu a necessidade de articulação e inteligência no combate ao crime organizado, citando operações da Polícia Federal contra o PCC como exemplo de atuação eficaz. Concluiu que a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os arts. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, deveria ser votada imediatamente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

para enfrentar o crime internacionalmente estruturado e criticou a participação de agentes de tortura na formulação de políticas de segurança.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado rebateu críticas da Deputada Benedita da Silva às operações policiais no Rio de Janeiro (RJ), defendendo a atuação da Polícia Militar e Civil no combate ao crime organizado. Argumentou que o tráfico impõe rotina de violência, com barricadas, *drones* e fuzis, colocando em risco a população e impedindo o acesso à educação de crianças. Criticou a Esquerda por minimizar a ação de criminosos e culpar quem atua na segurança pública, enquanto o Governo Federal não atende pedidos de socorro do Estado. Destacou que a polícia age para proteger a sociedade e concluiu elogiando as operações recentes, defendendo que elas continuem como estratégia para enfrentar o crime organizado no Rio de Janeiro.

Vicentinho Júnior (PP - TO) - O Deputado prestou homenagem a dois cidadãos ilustres de Porto Nacional, Tocantins, que faleceram recentemente. Lembrou Monsenhor Jones Pedreira, líder religioso que celebrou missas por mais de 25 anos na cidade, e Inácio Andrade, empresário e pai de família, irmão do Deputado Federal Toinho Andrade. Destacou a contribuição de ambos para a comunidade, ressaltando valores como respeito ao próximo e espiritualidade. Expressou condolências às famílias Pedreira e Andrade, reconhecendo o impacto dessas perdas para Porto Nacional (TO) e reafirmando a importância de celebrar a trajetória de cidadãos que deixaram legado de dedicação à cidade e à comunidade.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada registrou a presença de duas autoridades do mundo jurídico: a Dra. Daiane Lira, candidata à recondução no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e o Dr. Edvaldo Nilo de Almeida, candidato à recondução no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Afirmou que a Câmara dos Deputados votaria e apoiaria ambos os nomes no âmbito do Objeto de Deliberação nº 2, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional de Justiça, e Objeto de Deliberação nº 3, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, desejando sucesso em suas reconduções.

Luiz Gastão (PSD - CE) - O Deputado prestou homenagem a Otacílio Correia, fundador da Mudanças Confiança e político de destaque do Ceará. Informou que Otacílio iniciou sua trajetória como Vereador em Várzea Alegre (CE), exerceu a Prefeitura e cumpriu dois mandatos como Deputado Estadual, sempre atuando pelo desenvolvimento da cidade e de outras localidades cearenses. Ressaltou que sua principal conquista foi a construção de um açude, iniciado em 1919 e concluído em 1998, que hoje leva seu nome e que recebeu o apelido de “eterno Deputado” e manteve influência política mesmo após deixar mandatos, até seu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

falecimento em 2002. Também destacou a importância da recondução de Edvaldo Nilo ao CNMP e de Daiane Nogueira ao CNJ, no âmbito do Objeto de Deliberação nº 2, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional de Justiça, e do Objeto de Deliberação nº 3, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou apoio à recondução de Edvaldo Nilo ao CNMP e de Daiane Nogueira ao CNJ, no âmbito do Objeto de Deliberação nº 2, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional de Justiça, e do Objeto de Deliberação nº 3, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, destacando a importância de respeitar a democracia e os mais votados. Elogiou o trabalho de ambos e desejou sucesso no cumprimento de suas funções, reforçando a necessidade de aprovação pela Câmara dos Deputados e pelo Congresso Nacional. Também chamou a atenção para a megaoperação realizada no Rio de Janeiro, criticando a postura da Esquerda, que teria defendido criminosos, e reafirmou a defesa das forças policiais e da população fluminense. Destacou que a atuação da polícia foi essencial para garantir segurança no Estado.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Presidente defendeu a aprovação do Objeto de Deliberação nº 2, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional de Justiça, e do Objeto de Deliberação nº 3, de 2025, que dispõe sobre a eleição para Membro do Conselho Nacional do Ministério Público. Afirmou que os nomes são importantes não apenas para o Legislativo, mas para todo o Brasil, e registrou seu voto aberto em apoio à reeleição de ambos. Desejou sucesso aos candidatos e concluiu ressaltando a relevância de manter profissionais experientes nos conselhos, reforçando a confiança da Câmara dos Deputados na capacidade deles de continuar prestando serviços à sociedade e garantindo a continuidade de boas práticas no Ministério Público e no Judiciário.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado criticou a atuação do Governo Federal diante da crise de segurança no Rio de Janeiro (RJ), apontando omissão e descaso na resposta ao pedido do Governador do Estado. Informou que o Ministro da Defesa, ciente das limitações legais, deveria ter encaminhado imediatamente o ofício ao Presidente da República para que a autorização de tanques e carros blindados fosse deliberada. Afirmou que a manobra política do Governo deixou policiais e cidadãos vulneráveis ao crime organizado, evidenciando uma desconexão administrativa e transformando o Estado em cúmplice do caos. Destacou que a responsabilidade do Executivo é agir para proteger a população e garantir a efetividade das forças de segurança, criticando a postura de atraso e inação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada criticou a condução da segurança pública no Rio de Janeiro, afirmando que a responsabilidade maior era do Governo do Estado. Informou que a operação policial resultou na maior chacina do País, com 134 mortes, e gerou desespero nas famílias, sem estrutura adequada do IML para atendimento. Acusou Parlamentares de utilizarem a crise para manipulação política e afirmou que não houve pedidos do Governo Estadual negados pelo Governo Federal. Destacou que a Esquerda combate o crime organizado e que o Governador Cláudio Castro deveria ser investigado por sua política de segurança, que gerou instabilidade e vulnerabilidade na população. Pediu clareza à sociedade sobre a responsabilidade do Estado na crise de segurança.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada criticou o Decreto nº 12.686, de 2025, por representar retrocesso na proteção de estudantes com deficiência intelectual, múltipla e transtorno do espectro autista. Destacou que, enquanto a Constituição garante atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular, o decreto alterou essa lógica, substituindo a preferência por exclusividade e restringindo o custeio das atividades. Afirmou que apenas as Apaes atendem atualmente cerca de 112 mil estudantes em todo o País e que o Projeto de Decreto Legislativo nº 849, de 2025, que susta os efeitos do Decreto nº 12.686, de 20 outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com a finalidade de garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, seja aprovado para garantir proteção e inclusão a pessoas neurodivergentes, em vez de promover sua exclusão.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado prestou homenagem ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, destacando sua trajetória de superação e compromisso com os pobres. Ressaltou a retomada de políticas públicas, como o Bolsa Família, que retirou milhões de brasileiros do Mapa da Fome, e criticou o período de governos anteriores, marcado por desmonte de políticas sociais, ataque às universidades e aumento da desigualdade. Afirmou que sua atuação sempre esteve ao lado do povo, defendendo educação, saúde, agricultura familiar e direitos sociais, e reafirmou seu compromisso com a democracia e com a população da Paraíba.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado classificou a operação policial no Rio de Janeiro (RJ) como uma chacina, destacando que moradores inocentes ficaram isolados e foram vítimas de ações equivocadas do Governo Estadual. Criticou declarações que acusavam a Esquerda de defender criminosos e denunciou o uso político da violência, afirmando que episódios semelhantes ocorrem em diversas regiões do País. Defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Municípios relativas à segurança pública, argumentando que ela permitiria um ciclo completo de atuação policial e mais efetividade no combate ao crime, diferente de operações que resultam em mortes sem resultados concretos. Comparou a situação com operações da Polícia Federal que conseguiram bloqueios de recursos sem mortes, reforçando a necessidade de políticas de segurança baseadas em inteligência e resultados, não em palanques eleitorais.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada elogiou a atuação da Dra. Elda Bussinguer, destacando seu trabalho jurídico voltado à redução das desigualdades e à promoção dos direitos das mulheres. Ressaltou que Elda presidiu a Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e a Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), contribuindo para a formação de juízes, desembargadores e ministros. Destacou o compromisso da convidada com a Constituição Federal, com a defesa dos direitos de todos os cidadãos e cidadãs e com a luta contra o racismo.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado lamentou a falta de avanço na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Afirmou que a priorização da proposta era necessária diante da situação no Rio de Janeiro (RJ), evidenciando que parte do Parlamento brasileiro não estava comprometida com a segurança pública. Destacou a importância de integrar as ações das polícias e de combater o crime organizado, ao mesmo tempo em que políticas sociais assegurem a dignidade da população. Criticou a falta de compromisso com a segurança pública no País e reforçou a necessidade de medidas eficazes para enfrentar a violência e proteger a sociedade.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado defendeu a aplicação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro, afirmando que a medida é necessária para restaurar a segurança e apoiar as forças estaduais no combate ao crime organizado. Criticou o Presidente Lula por não acionar as Forças Armadas diante da escalada da violência no Estado. Argumentou que a GLO permitiria uma ação conjunta das tropas federais com as polícias locais e “acabaria com a bagunça” causada por criminosos fortemente armados. Além disso, classificou o Presidente como “irresponsável” por não adotar a medida, mencionando ainda a declaração de Lula de que “traficantes são vítimas dos usuários”. Concluiu cobrando ação imediata do Governo Federal para proteger os cariocas, comerciantes e policiais.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado manifestou apoio à recondução de Edvaldo Nilo ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Destacou as qualidades do candidato, classificando-o como um



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

homem sério, imparcial, idôneo e detentor de notável saber jurídico. Ressaltou que Edvaldo Nilo já demonstrou competência e equilíbrio no exercício do cargo e afirmou que sua recondução representa a continuidade de um trabalho exemplar. Concluiu desejando sucesso ao candidato e declarando seu voto favorável.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado elogiou a operação policial realizada no Rio de Janeiro, classificando-a como uma ação “exitosa” no combate ao crime organizado. Disse que o sucesso da operação se deveu à falta de previsibilidade, que teria surpreendido as facções criminosas. Parabenizou o Governador Cláudio Castro e o comando da Polícia Militar pelo resultado, manifestando solidariedade às famílias dos policiais mortos na ação. Ressaltou que “os verdadeiros heróis são os policiais” e defendeu o endurecimento no enfrentamento à criminalidade, afirmando que “bandido bom é bandido preso”. Por fim, também alertou para o avanço do crime organizado em seu Estado, o Maranhão, relatando que há áreas onde a polícia não consegue entrar e que recentemente houve ameaças de facções criminosas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que o enfrentamento da crise de segurança pública no Rio de Janeiro exige seriedade e planejamento, e não soluções imediatistas ou discursos políticos. Criticou a proposta de aplicação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e lembrou que a intervenção federal de 2018, comandada pelo então General Braga Netto, “não resultou em nada”, sendo comparada pelos próprios militares a “enxugar gelo”. Defendeu um processo contínuo de integração entre forças municipais, estaduais e federais, com foco em inteligência, prevenção e planejamento. Lamentou as mortes de policiais na operação e pediu apuração das mais de cem mortes registradas, alertando contra a desumanização dos moradores das comunidades. Além disso, destacou a importância do desarmamento e relatou o caso de um adolescente morto durante uma intervenção policial, reforçando a necessidade de prudência e preparo nas ações. Por fim, disse que o verdadeiro êxito da segurança pública depende de inteligência e responsabilidade, e não do aumento de confrontos.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada manifestou solidariedade às famílias das vítimas da operação policial no Rio de Janeiro, especialmente aos quatro policiais mortos, a quem chamou de “heróis”. Elogiou a ação das forças de segurança e criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que a medida protege a população das favelas dos policiais, mas não dos traficantes, o que teria fortalecido as facções criminosas. Além disso, classificou a situação do Rio como “digna de terrorismo internacional” e acusou o Governo Lula de permitir o avanço do narcotráfico, afirmando que o país estaria se tornando “uma federação de narcoestados”. Também acusou o STF de agir com parcialidade e de proteger aliados do Presidente. Também criticou a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

(COP30), em Belém (PA), alegando que o evento ignora a devastação ambiental e a perfuração de poços de petróleo na Amazônia. Por fim, repudiou a Medida Provisória nº 1.304, de 2025, que altera disposições sobre a Política Energética Nacional, criando, segundo ela, barreiras a investimentos em energia solar e prejudicando o setor elétrico.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o que classificou como “inversão de valores” na forma como parte do Congresso e do Governo tratam a segurança pública. Afirmou que, enquanto policiais são atacados por criminosos, há Parlamentares que “defendem bandidos” em vez de apoiar as forças de segurança. Destacou que a polícia pode cometer erros, mas enfrenta situações de guerra, sendo recebida “a bombas”, e defendeu o direito dos agentes de voltarem para casa com segurança. Por fim, acusou setores da esquerda, especialmente a bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), de priorizarem a defesa de criminosos e declarou que há, no Parlamento, “uma bancada que serve mais aos traficantes do que à população”.

Ricardo Abrão (UNIÃO - RJ) - O Deputado pediu união entre Parlamentares, Governadores e o Governo Federal para enfrentar a escalada da violência no Rio de Janeiro. Afirmou que o problema da segurança pública não deve ser tratado como uma disputa entre esquerda e direita, mas como uma questão nacional que exige ação conjunta. Descreveu a atuação das facções criminosas como “terrorismo”, afirmando que esses grupos dominam comunidades, expulsam moradores, cobram aluguel de casas do Programa Minha Casa, Minha Vida e controlam serviços como gás, água, transporte e internet clandestina. Além disso, destacou o poder bélico das facções, superior ao das forças policiais, e defendeu a valorização dos agentes de segurança que arriscam a vida diariamente. Concluiu pedindo um pacto político e institucional para combater o crime organizado e devolver tranquilidade à população das comunidades fluminenses.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado elogiou o Prefeito de Nina Rodrigues (MA), Jones Braga, por iniciativas que classificou como pioneiras no Maranhão. Destacou a criação de um sistema de transporte gratuito para trabalhadores rurais, com ônibus novos, climatizados e confortáveis, que fazem o trajeto semanal entre os povoados e a sede do Município. Explicou que a ação garante mobilidade e integração social aos moradores do campo. Também parabenizou o Prefeito pela implantação do sistema de videomonitoramento na cidade, afirmando que buscará recursos para ampliar o projeto e cobrir toda a área urbana, reforçando a segurança local. Em seguida, comentou a eleição dos representantes da Câmara para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), manifestando apoio à recondução de Edvaldo Nilo e à eleição de Daiane Nogueira de Lira. Por fim, defendeu atuação ética e independente dos conselheiros, afirmando que não busca interferir em casos de corrupção e que espera ver punição para magistrados ou promotores que ajam de forma ilegal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado manifestou solidariedade às famílias dos quatro policiais mortos no Rio de Janeiro, chamando-os de “heróis nacionais”, e afirmou que as operações recentes reduziram o número de criminosos nas ruas. Disse que a situação de violência extrema é resultado da interferência do Supremo Tribunal Federal (STF), que teria limitado a atuação policial e transformado comunidades em “quartéis-generais do crime organizado”. Também responsabilizou o Governo Federal, acusando o Presidente Lula de relativizar o tráfico de drogas e se opor à equiparação entre crime organizado e terrorismo. Além disso, criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública; e a chamada “lei antimáfia”, alegando que ambas centralizam poder no Executivo sem resolver o problema da segurança pública. Na continuidade, defendeu que o Congresso priorize a votação do Projeto de Lei nº 2.646, de 2025, que dispõe sobre os crimes praticados por organizações criminosas no âmbito de grandes setores da economia, e cria medidas de prevenção e repressão de condutas criminosas praticadas por organizações criminosas e para coibir práticas ilegais nos setores público e privado; e do Projeto de Lei nº 2.428, de 2025, que altera a Lei nº 13.260, de 2016, para incluir como ato de terrorismo as ações de organizações criminosas armadas que, mediante violência ou grave ameaça, pratiquem atos de domínio territorial, intimidação da população ou desestabilização da ordem pública. Por fim, pediu respaldo jurídico para os policiais e bênçãos divinas para as forças de segurança de todo o país.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado anunciou que realizará visitas a diversos Municípios de Rondônia, incluindo Teixeiraópolis (RO) e Rio Crespo (RO). Destacou que participará de um evento com idosos, aposentados e pensionistas, afirmando que pretende levar alegria a esse público após o sofrimento causado, segundo ele, por fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Informou ainda que estará em Porto Velho (RO), capital do Estado, e ressaltou seu compromisso com a saúde da cidade. Por fim, disse ter destinado R\$ 41 milhões em recursos para o setor somente neste ano, reafirmando seu apoio à capital rondoniense e convidando a população a conhecer o Município.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado ressaltou a importância da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA). Disse que o evento representa um marco histórico, por ser a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas sediada na Floresta Amazônica. Afirmou que a COP 30 deve ser vista não apenas como um encontro diplomático, mas como um chamado global à ação climática, envolvendo Governos, empresas e sociedade civil em defesa da vida e do meio ambiente. Além disso, destacou que o Brasil tem a oportunidade de liderar uma nova economia verde, baseada na inovação, nas energias renováveis e na bioeconomia, conciliando



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Também defendeu o fortalecimento das instituições ambientais, o apoio à ciência e às populações tradicionais e disse que a conferência será “uma vitória do diálogo e da consciência global”. Concluiu reafirmando seu compromisso com políticas de redução das emissões de carbono e com o desenvolvimento sustentável do país.

Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO - TO) - O Deputado parabenizou o Dr. Edvaldo Nilo de Almeida pela recondução ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a Dra. Daiane Nogueira pela recondução ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Destacou a competência e a postura conciliadora de Edvaldo Nilo, afirmando que ele atua com transparência e equilíbrio, sem partidarismos. Por fim, afirmou que o União Brasil apoiou amplamente sua recondução e que sua permanência no cargo trará mais serenidade e clareza aos processos da instituição.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado manifestou o apoio da bancada do Partido Comunista do Brasil (PC do B) à recondução de Edvaldo Nilo ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e de Daiane de Lira ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ademais, expressou solidariedade à população do Estado do Rio de Janeiro e às famílias das vítimas, especialmente policiais, da recente operação, que resultou em mais de 120 mortos. Classificou ainda a ação como desastrosa sob os pontos de vista técnico e humano, ressaltando que o Brasil não adota pena de morte e que há inocentes entre os mortos. Criticou também discursos que atribuem responsabilidade ao Supremo Tribunal Federal (STF), lembrando que a operação foi organizada pelo Governo Estadual e que a Polícia Federal poderia ter sido acionada. Ao final, defendeu a união entre Governo Federal, Estados e Municípios para enfrentar o crime organizado e as facções criminosas com firmeza, mas sem demagogia nem violência desmedida.

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado condenou os discursos de Parlamentares da Esquerda que criticaram a operação policial no Rio de Janeiro (RJ), afirmando que o País vive um “narcoestado” e responsabilizando o Governo Federal por negligenciar o combate ao crime organizado. Denunciou ainda a cobrança de “taxas de crime” por facções e acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de restringir a atuação policial nas comunidades. Ademais, repudiou a declaração do Presidente da República sobre os traficantes serem vítimas dos viciados. Além disso, lamentou a morte de quatro policiais e elogiou a apreensão de 93 fuzis. Ao final, criticou a insegurança pública no Pará e denunciou o desvio de recursos da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima (COP-30).

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou a operação policial no Rio de Janeiro (RJ), que classificou como um “teatro” promovido pelo Governador para criar falsa sensação de segurança. Ademais, sustentou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

que a ação policial não resultou em ocupação dos territórios e condenou o Governo Estadual por tratar policiais e criminosos mortos com igual indiferença. Além disso, defendeu que o combate ao crime deve atingir as fontes de lavagem de dinheiro — como bancos, *fintechs* e empresas — e não apenas as favelas. Denunciou ainda o racismo estrutural que faz jovens negros serem mortos e contabilizados como criminosos, mesmo sem investigação. Ao final, pediu o fim da espetacularização da violência e da manipulação política do sofrimento nas comunidades.

ORDEM DO DIA

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente informou que na pauta da Ordem do Dia constava a eleição de membro, indicado pela Câmara dos Deputados, para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ademais, comunicou que a única candidatura era a de Daiane Nogueira de Lira e explicou que a votação seria secreta, por maioria simples. Além disso, anunciou que, em seguida, estava prevista a eleição para o membro, indicado pela Câmara dos Deputados, para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Adicionalmente, convidou ainda os Líderes e autores de projetos de decreto legislativo para reunião com o Ministro da Educação, Camilo Santana, a fim de discutir o decreto do Ministério da Educação que repercute sobre o papel das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Por fim, informou que o Ministro dos Transportes, Renan Filho, participará da reunião de Líderes, marcada para o dia seguinte, para esclarecer o projeto da nova Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado solicitou investigação do Ministério Público e do Governador do Rio de Janeiro (RJ) sobre denúncias de que batalhões da Polícia Militar estariam dando cobertura ao Comando Vermelho. Afirmou que há relatos de Comandantes de batalhão recebendo propina da facção e alertou que, se confirmadas, tais práticas transformariam as operações de segurança em mero "teatro". Ao final, reivindicou apuração rigorosa para combater a corrupção dentro das forças policiais.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que o Rio de Janeiro (RJ) viveu um massacre e a paralisação de suas atividades após a operação policial no Complexo da Penha. Criticou a repetição de uma política de segurança que não produz resultados, pois o crime organizado continua se fortalecendo ao recrutar novos jovens e manter o controle financeiro. Ao final, condenou o Governador Cláudio Castro por usar a chacina para fins eleitorais, comparando-a à do Jacarezinho, em 2022, e denunciou a influência criminosa sobre as instituições políticas do Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado condenou as declarações sobre segurança pública do Presidente Lula e sustentou que o Governo Federal adota postura conivente com o crime, afirmando que o Chefe do Executivo se tornou “Presidente dos traficantes”. Afirmou que a violência afeta todo o País e denunciou a atuação de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que, alinhados ao Governo Federal, impõem restrições às ações policiais. Ao final, criticou as proposições do Poder Executivo enviadas ao Congresso Nacional e defendeu a votação de propostas efetivas para o enfrentamento da criminalidade.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado denunciou o uso da força em operações conjuntas do Governo Federal e do Governo de Rondônia (RO), nas quais produtores rurais e famílias da zona rural, mesmo com documentação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e décadas de ocupação, são tratados como criminosos. Recordou que, quando Vereador em Ariquemes (RO), se opôs à criação de onze reservas ambientais pelo então Governador Confúcio Moura. Ao final, reafirmou sua defesa do setor produtivo rondoniense e das famílias afetadas pelas ações de desocupação.

João Leão (PP - BA) - O Deputado homenageou a trajetória de Nelson Meira, engenheiro agrônomo que iniciou os estudos em escola de estrutura precária, prosseguiu na Escola Professora Eutália de Oliveira Santos, em Barra (BA), formou-se na Escola Técnica e concluiu o curso na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Ao final, destacou a história como exemplo de superação e oportunidade no País.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado defendeu a atuação das forças policiais no Rio de Janeiro (RJ), afirmando que cumpriam mandados judiciais e foram recebidas a tiros. Criticou Parlamentares que condenaram a ação, lembrando que os mesmos haviam defendido a Cracolândia quando o Governo de São Paulo, sob comando do Deputado Guilherme Derrite, atuou contra a criminalidade. Ao final, questionou o que se esperava da polícia diante do confronto armado.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 5.359, de 2025, de sua autoria, que altera a Lei nº 13.999, de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para prever a dispensa da obrigação de manutenção do quantitativo de empregados em situações de calamidade pública reconhecida e estabelecer medidas transitórias aplicáveis em caso de ocorrências de desastres naturais de grande impacto. Ademais, explicou que o programa exige a manutenção dos empregos, mas que as enchentes no Rio Grande do Sul deslocaram mais de 2,5 milhões de pessoas, impossibilitando o cumprimento dessa exigência. Ao final, sustentou o tratamento diferenciado para regiões em calamidade, com manutenção dos empréstimos mesmo sem a preservação dos postos de trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Julio Lopes (PP - RJ) - O Deputado pediu a imediata liberação das emendas parlamentares do Estado do Rio de Janeiro para a segurança pública. Ademais, citou a obra de Carlos Eduardo Ribeiro Lemes sobre o terrorismo no Brasil para defender a reclassificação do crime de terror, previsto na Lei nº 13.260, de 2016, com base na letalidade e na ofensividade, e não na intenção ideológica, política ou religiosa. Além disso, ressaltou que o tráfico e as milícias impõem domínio territorial e praticam atos terroristas. Ao final, apoiou as ações do Governador Cláudio Castro e das forças de segurança do Estado.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado elogiou o trabalho de Daiane Nogueira de Lira como representante da Advocacia-Geral da União no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destacando sua competência, a qualidade de seus votos e o acompanhamento de matérias relevantes. Ademais, manifestou apoio à sua recondução (Objeto de Deliberação nº 2, de 2025). Ao final, manifestou confiança de que a Câmara dos Deputados confirmará sua indicação.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada defendeu a recondução de Daiane Nogueira de Lira ao Conselho Nacional de Justiça (Objeto de Deliberação nº 2, de 2025), destacando sua atuação na área da saúde. Ademais, destacou que a Conselheira representou com excelência a Câmara dos Deputados e elogiou seu testemunho na Academia Nacional de Medicina, ao afirmar que a presença de mamógrafos em regiões distantes do País é resultado de emendas parlamentares. Ao final, expressou orgulho por ver uma mulher ocupar posição estratégica com dignidade e competência.

Ruy Carneiro (PODE - PB) - O Deputado repudiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que autoriza a nomeação de parentes de Prefeitos e Governadores para cargos de Secretário Municipal e Estadual, por considerar a medida antipedagógica e contrária aos princípios democráticos. Recordou sua atuação na Assembleia Legislativa da Paraíba, quando iniciou movimento contra o nepotismo, que ganhou apoio popular e resultou em projeto apresentado pelo então Governador Cássio Cunha Lima. Ao final, defendeu que outros Parlamentares se posicionem contra a decisão judicial e reafirmou seu compromisso com a ética pública.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado defendeu uma reforma profunda na segurança pública e afirmou que o crime organizado domina territórios em todo o País, cobrando "taxas" de comerciantes e infiltrando-se em setores econômicos. Ademais, criticou o que chamou de "bancada do crime" no Parlamento, caracterizada por políticos que defendem criminosos em vez da população. Além disso, denunciou a atuação de advogados, vinculados a partidos, que prestam serviços a facções criminosas. Ao final, elogiou o trabalho do Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Deputado Guilherme Derrite, pelo fim da Cracolândia e pelas ações de inteligência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Vereador Pai Tadeu, de Soledade (RS), enaltecendo seu trabalho social e cultural. Ademais, informou que o Vereador veio a Brasília (DF) para apresentar reivindicações nas áreas de saúde, em favor do Hospital Frei Clemente, e de habitação, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida. Ao final, elogiou sua atuação comunitária e manifestou reconhecimento pelo trabalho realizado em Soledade (RS) e região.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado responsabilizou o Presidente Lula pela falta de apoio às forças de segurança do Rio de Janeiro (RJ) na operação policial contra o Comando Vermelho, afirmando que o Governo Federal negou pedidos de auxílio e o envio de blindados. Ademais, condenou o Presidente da República por vitimizar traficantes de drogas e se opor à classificação de facções criminosas como organizações terroristas. Ao final, lamentou a morte de quatro policiais durante a operação e repudiou o Governo Federal por adotar postura conivente com o crime organizado.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado defendeu que o Parlamento não se omita diante dos episódios de violência no Rio de Janeiro (RJ) e atribuiu à ausência do Estado a expansão territorial do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital (PCC). Ademais, sustentou a legitimidade da operação policial que enfrentou criminosos fortemente armados e considerou inevitáveis as vítimas em confrontos dessa natureza. Ao final, parabenizou o Governo Estadual e as forças policiais pela atuação no combate ao crime organizado.

Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO - TO) - O Deputado parabenizou Edvaldo Nilo de Almeida pela recondução ao Conselho Nacional do Ministério Público (Objeto de Deliberação nº 3, de 2025), elogiando seu trabalho transparente e representativo da Câmara dos Deputados. Ademais, afirmou que o União Brasil apoia integralmente sua permanência no cargo, por considerar que ele fortalece a legalidade e a transparência no País. Ao final, manifestou confiança de que sua recondução será amplamente aprovada pelo Plenário.

Marcelo Álvaro Antônio (PL - MG) - O Deputado destacou sua satisfação em representar Campo Belo (MG) no Parlamento e elogiou a gestão do Prefeito Adalberto Lopes, a quem atribuiu a maior captação de recursos da história do Município. Além disso, informou a destinação de R\$ 8 milhões para a saúde local e relatou ter recebido denúncias de irregularidades na Santa Casa de Misericórdia. Ressaltou que a instituição é centenária e deve ser preservada, mas afirmou que cumpriria seu dever de apurar a aplicação dos recursos públicos. Também garantiu confiança no conselho de empresários que apoia a entidade e defendeu transparência e responsabilidade na administração do dinheiro público.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Zucco (PL - RS) - O Deputado manifestou apoio à indicação de Edvaldo Nilo de Almeida, procurador do Distrito Federal, para o cargo de membro do Conselho Nacional do Ministério Público (Objeto de Deliberação nº 3, de 2025). Ressaltou que o indicado é advogado tributarista com mestrado, doutorado e cinco pós-doutorados, além de autor de treze livros sobre Direito, qualificações que demonstraram seu notável saber jurídico. Ademais, defendeu que a escolha se baseou em critérios técnicos e de responsabilidade e concluiu pedindo aos colegas que votassem favoravelmente.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado defendeu a recondução de Edvaldo Nilo de Almeida ao Conselho Nacional do Ministério Público (Objeto de Deliberação nº 3, de 2025), destacando seu desempenho nos dois anos em que representou a Câmara dos Deputados no órgão. Ressaltou que o Procurador do Distrito Federal possui mestrado, doutorado e pós-doutorado, é autor de treze livros jurídicos e atua com equilíbrio, modernidade e respeito à Constituição. Afirmou ainda que Edvaldo Nilo reúne notável saber jurídico, caráter e honra, qualificações que justificariam a confiança dos colegas na votação para sua permanência no cargo.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 892, de 2025, que institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - PRESIQ e dá outras providências.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado expressou voto de pesar pela morte de policiais ocorrida durante o exercício da função e informou ter protocolado a solicitação formal à Mesa. Em seguida, defendeu a valorização dos profissionais da segurança pública, afirmando que, apesar de casos isolados de corrupção, a maioria atua com dedicação e coragem para proteger a sociedade. Destacou que esses agentes representam a linha que separa os cidadãos dos criminosos e merecem respeito e reconhecimento pelo trabalho realizado em defesa da população. Além disso, orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 892, de 2025, que institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - PRESIQ e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 892, de 2025, que institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - PRESIQ e dá outras providências. Ademais, criticou a postura do Governo Federal e da grande mídia, que estariam tratando com complacência temas ligados ao tráfico de drogas. Alertou para o agravamento da criminalidade no País, comparando a situação brasileira à da Colômbia em períodos de domínio de cartéis. Também classificou a proposta do Governo para a segurança pública como ineficaz e defendeu que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Congresso Nacional priorizasse medidas mais firmes de enfrentamento ao crime organizado e às facções criminosas.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 892, de 2025, que institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - PRESIQ e dá outras providências. Em seguida, expressou solidariedade às famílias dos quatro policiais mortos em combate. Atribuiu as mortes à ausência de políticas públicas de segurança do Governo Federal e acusou o Presidente Lula de apoiar traficantes. Também afirmou que a resposta ao crime deveria ser mais letal, dizendo que, para cada policial morto, deveriam morrer ao menos mil criminosos, e enumerou um saldo pendente de 3.870 mortes. Finalizou afirmando que as famílias não deveriam estar chorando e que os policiais honrados deveriam ter retornado às suas casas.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 892, de 2025, que institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - PRESIQ e dá outras providências. Além disso, prestou solidariedade às famílias dos policiais mortos em operação no Rio de Janeiro. Mencionou os nomes dos agentes da Polícia Civil, Rodrigo Velloso Cabral e Marcos Vinícius Cardoso de Carvalho; e dos policiais militares do Bope, Cleiton Serafim Gonçalves e Heber Carvalho da Fonseca. Em seguida, pediu um minuto de silêncio em memória das vítimas, incluindo inocentes que também perderam a vida, ressaltando que parte deles era formada por filhos de evangélicos.

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada registrou a visita da Vereadora de Goianápolis (GO) à Câmara dos Deputados, destacando a importância do Município, conhecido como a “capital do tomate” e um dos maiores produtores do País. Ressaltou que a presença da representante municipal simbolizou o reconhecimento ao trabalho desenvolvido na região e solicitou que o registro da visita fosse incluído nos Anais da Casa, em homenagem à cidade goiana e à sua contribuição para a economia agrícola do Estado.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 892, de 2025, que institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - PRESIQ e dá outras providências.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada relatou o assassinato de um vendedor de espetinhos no Ceará, morto por uma facção criminosa após não conseguir pagar a quantia exigida em extorsão. Afirmou que o episódio exemplificava o domínio de narcoterroristas em várias regiões do País e criticou setores da Esquerda por defenderem o combate ao crime sem o uso da força. Destacou ainda que facções chegam a gastar milhões de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

reais mensais em munição, superando o investimento das forças policiais, e defendeu uma postura mais firme no enfrentamento ao tráfico e à criminalidade organizada.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada afirmou que os responsáveis pelo crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito deveriam ser os narcoterroristas, e não os manifestantes idosos do episódio de 8 de janeiro. Criticou partidos de Esquerda, como PT, PSOL e PCdoB, por defenderem criminosos e questionarem operações policiais. Também declarou que o Brasil vive sob a ameaça do narcotráfico e defendeu o enquadramento dessas organizações como inimigas do Estado. Além disso, orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 892, de 2025, que institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - PRESIQ e dá outras providências.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado agradeceu aos Deputados Carlos Zarattini e Julio Lopes pelas contribuições ao Projeto de Lei nº 892, de 2025, que trata da prorrogação e fortalecimento do Regime Especial da Indústria Química. Ressaltou que a proposta tem impacto direto na industrialização, na geração de empregos e no crescimento do PIB nacional, sendo essencial para o desenvolvimento da economia brasileira. Ademais, destacou a importância da união dos partidos, inclusive da Oposição, em torno de uma agenda de fortalecimento da indústria nacional e reafirmou que a medida representa um avanço estratégico para o setor químico do País.

Julio Lopes (PP - RJ) - O Deputado destacou a importância da indústria petroquímica, que classificou como a “indústria das indústrias” e base do desenvolvimento nacional. Comparou o cenário brasileiro ao da Rússia, cuja indústria cresceu mesmo em contexto de guerra, e lamentou que o setor no Brasil operasse com apenas 65% de sua capacidade por falta de incentivos. Também afirmou que o Projeto de Lei nº 892, de 2025, aprovado pelo Plenário era essencial para a recuperação da indústria petroquímica e para o fortalecimento da base produtiva do País. Ao finalizar, parabenizou o Presidente da sessão e o Deputado Afonso Motta pela autoria do projeto.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado elogiou o trabalho do Relator, Deputado Carlos Zarattini, e do autor, Deputado Afonso Motta, pela condução dialogada do Projeto de Lei nº 892, de 2025, voltado ao fortalecimento da indústria química nacional. Destacou que a proposta resultou de ampla articulação com diversos setores e representa uma contribuição significativa para o desenvolvimento industrial do País. Além disso, afirmou que a iniciativa está alinhada ao compromisso do Governo Federal com a retomada e o fortalecimento da indústria brasileira, reconhecendo o esforço do Deputado Carlos Zarattini na construção de um texto equilibrado e de consenso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Kiko Celeguim (PT - SP) - O Deputado parabenizou os Deputados Julio Lopes e Carlos Zarattini pelo trabalho conjunto para aprovação do Projeto de Lei nº 892, de 2025 em favor do fortalecimento da indústria química nacional. Destacou que o setor enfrenta forte concorrência internacional e que a aprovação da proposta representa uma ação concreta do Congresso em defesa da geração de empregos, do crescimento do PIB e da soberania brasileira. Também reconheceu o papel do Ministro Fernando Haddad, que se comprometeu a viabilizar linhas de crédito para que o Regime Especial da Indústria Química (Presiq) se torne um instrumento efetivo de financiamento e desenvolvimento do setor.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada alertou para a gravidade da crise de segurança no Rio de Janeiro e defendeu que o tema fosse tratado sem viés ideológico. Destacou que o Estado, embora não possua fábrica de armas, tornou-se o principal distribuidor de armamentos das Américas, configurando um problema de dimensão internacional. Ainda sobre o assunto, cobrou articulação entre os Estados, o Ministério da Justiça e órgãos de inteligência para enfrentar o crime organizado e lamentou as mortes de policiais e civis. Por fim, pediu a elaboração de um documento da Câmara em solidariedade às vítimas e a criação de um pacto de cooperação internacional em segurança.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou a discrepância no tratamento dado pela Justiça brasileira a diferentes casos criminais. Mencionou reportagem sobre o monitoramento do ex-assessor Filipe Martins, cuja tornozeleira apresentou falha de dois minutos, e afirmou que o mesmo rigor não é aplicado a criminosos ligados ao tráfico e à violência armada. Além disso, acusou o sistema de Justiça e parte do Supremo Tribunal Federal de priorizarem punições desproporcionais e enfatizou que a segurança pública carece de atenção real às ações do crime organizado. Ao concluir, orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.213, de 2025, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.213, de 2025, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em seguida, apelou ao Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, para que invista em educação como estratégia de enfrentamento ao crime organizado. Afirmou que o tráfico se sustenta ao recrutar crianças e jovens e defendeu que oferecer ensino de qualidade e oportunidades reais é a forma mais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

eficaz de enfraquecer essa estrutura criminoso. Destacou ainda que a falta de valorização da educação mantém o ciclo de violência e impede avanços na segurança pública.

Dandara (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.213, de 2025, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Também condenou a chacina ocorrida no Rio de Janeiro, classificando-a como grave violação de direitos humanos. Relatou que moradores recolheram corpos por conta própria e questionou o aumento expressivo no número de mortes. Enfatizou que o episódio exige resposta imediata e transparência das autoridades de segurança pública.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.213, de 2025, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.213, de 2025, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.213, de 2025, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ademais, criticou os grandes meios de comunicação que distorceram falas do Deputado Alberto Fraga e recebem altos recursos públicos. Também defendeu a autonomia das Polícias Civil e Militar, argumentando que o Supremo Tribunal Federal teria violado o artigo 144 da Constituição ao interferir em suas atribuições. Ademais, lamentou a morte de quatro policiais e acusou setores da Esquerda de proteger criminosos, destacando a necessidade de enfrentar o crime organizado com firmeza e respeito às forças de segurança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

General Girão (PL - RN) - O Deputado pediu ao Presidente Hugo Motta que a Câmara se posicionasse diante dos atos de terror que haviam acuado a população no Rio de Janeiro. Sobre o assunto, afirmou que o País assistira à expansão de ações de facções, com uso de *drones* e ataques também no Ceará, e criticou decisões do Supremo que teriam limitado operações policiais. Defendeu medidas enérgicas para sufocar o tráfico, citou a intervenção do General Braga Netto como exemplo e conclamou a Casa a adotar uma resposta política e institucional ao problema.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.213, de 2025, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Também afirmou que o Governo Lula utilizaria a proposta com fins eleitorais e criticou a ausência de avanços na reforma agrária, que não teria sido efetivada desde 2003. Defendeu ainda que o Governo Bolsonaro foi o que mais entregou títulos de terra no País e acusou o atual Governo de enganar a população ao não priorizar políticas reais de acesso à terra.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.213, de 2025, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.875, de 2025, que altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para dispor sobre regime de trabalho e descanso de todos os trabalhadores embarcados nas atividades de exploração, perfuração, produção e transferência de petróleo.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.875, de 2025, que altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para dispor sobre regime de trabalho e descanso de todos os trabalhadores embarcados nas atividades de exploração, perfuração, produção e transferência de petróleo.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.875, de 2025, que altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

dispor sobre regime de trabalho e descanso de todos os trabalhadores embarcados nas atividades de exploração, perfuração, produção e transferência de petróleo.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.875, de 2025, que altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para dispor sobre regime de trabalho e descanso de todos os trabalhadores embarcados nas atividades de exploração, perfuração, produção e transferência de petróleo.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.875, de 2025, que altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para dispor sobre regime de trabalho e descanso de todos os trabalhadores embarcados nas atividades de exploração, perfuração, produção e transferência de petróleo. Além disso, defendeu a necessidade de uma reforma estrutural na segurança pública, propondo o fim do inquérito policial e a transformação dos delegados em juízes de instrução, com ingresso direto no Judiciário. Argumentou que essa mudança traria agilidade às investigações e valorizaria os profissionais da área, que hoje enfrentam longas horas de espera para formalizar flagrantes. Também afirmou que o atual modelo gera retrabalho e favorece a criminalidade, apontando a recente crise no Rio de Janeiro como reflexo desse sistema ultrapassado.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.875, de 2025, que altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para dispor sobre regime de trabalho e descanso de todos os trabalhadores embarcados nas atividades de exploração, perfuração, produção e transferência de petróleo. Ademais, criticou o Governo Federal por ter demorado quase um ano para criar um mecanismo que impeça beneficiários do Bolsa Família de realizarem apostas em plataformas de *bets*. Recordou ter alertado o Congresso sobre os riscos da legalização dessas empresas e disse que o País agora enfrenta as consequências desse erro. Também denunciou a intenção da Caixa Econômica Federal de criar uma “*bet da Caixa*”, classificando a iniciativa como uma vergonha para o Governo Lula.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 4.875, de 2025, que altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para dispor sobre regime de trabalho e descanso de todos os trabalhadores embarcados nas atividades de exploração, perfuração, produção e transferência de petróleo. Além disso, lamentou a morte de quatro policiais durante operação de combate à criminalidade no Rio de Janeiro. Também manifestou solidariedade às famílias das vítimas e pediu orações pela recuperação de um delegado internado em estado grave.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 420, de 2025, que institui o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes – PNISR, cria o Selo de Sustentabilidade e Resiliência da Infraestrutura e dá outras providências. Além disso, questionou o posicionamento do Governo em relação à criminalidade e acusou a Gestão de adotar um raciocínio contrário aos interesses da sociedade. Também afirmou que setores que defendem traficantes teriam impedido a convocação do vice-Presidente do Sindnapi, Frei Chico, irmão do Presidente Lula, para depor na CPMI do INSS.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 420, de 2025, que institui o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes – PNISR, cria o Selo de Sustentabilidade e Resiliência da Infraestrutura e dá outras providências. Além disso, celebrou o acordo unânime entre Governo, Oposição e Ministério da Educação para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, que permite que professores acumulem o cargo docente com outro de qualquer natureza, desde que não haja prejuízo à atividade educacional nem conflito de horários. Também destacou que a medida representa uma homenagem concreta aos professores e um avanço na valorização da educação.

Dandara (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 420, de 2025, que institui o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes – PNISR, cria o Selo de Sustentabilidade e Resiliência da Infraestrutura e dá outras providências.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada ressaltou a presença de servidoras e servidores públicos em Brasília (DF) em mobilização contra a reforma administrativa (Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025). Afirmou que o tema não deveria ser prioridade na Câmara dos Deputados e alertou para o risco de precarização dos princípios do serviço público. Também destacou preocupação com o impacto da proposta sobre os concursos públicos, ao prever contratações temporárias antes da nomeação de servidores efetivos. Por fim, defendeu que a reforma não seja aprovada e saudou os servidores mobilizados.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 420, de 2025, que institui o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes – PNISR, cria o Selo de Sustentabilidade e Resiliência da Infraestrutura e dá outras providências. Além disso, elogiou a saída do PL do bloco governista e parabenizou o Líder Sóstenes Cavalcante pela primeira sessão da legenda atuando de forma independente. Também afirmou que a nova postura



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

permitirá ao Partido orientar votações e realizar obstruções de modo mais coerente com suas posições, fortalecendo sua atuação na Câmara dos Deputados.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 420, de 2025, que institui o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes – PNISR, cria o Selo de Sustentabilidade e Resiliência da Infraestrutura e dá outras providências.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 420, de 2025, que institui o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes – PNISR, cria o Selo de Sustentabilidade e Resiliência da Infraestrutura e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 420, de 2025, que institui o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes – PNISR, cria o Selo de Sustentabilidade e Resiliência da Infraestrutura e dá outras providências. Além disso, criticou a atuação do Governo Federal no enfrentamento ao crime organizado e defendeu a atualização do Código Penal de 1940. Propôs que facções criminosas sejam classificadas como organizações terroristas e cobrou maior rigor das forças federais contra o tráfico de drogas. Por fim, acusou o Governo de agir por motivações políticas e responsabilizou o Presidente Lula por declarações que, segundo ele, relativizariam o papel dos traficantes.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado afirmou que a narrativa de que o Presidente Lula não teria obrigação de apoiar o Estado do Rio de Janeiro no combate à criminalidade é falsa. Argumentou citando a Lei Complementar nº 97, de 1999, que atribui ao Presidente da República a decisão sobre o emprego das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado defendeu que o Parlamento intensifique o debate sobre segurança no trânsito. Comparou o impacto de grandes tragédias, como acidentes aéreos, com o alto número de mortes registradas nas vias brasileiras, que ultrapassam 30 mil por ano.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado comentou imagens divulgadas pela imprensa que mostraram criminosos armados e camuflados durante operação policial no Rio de Janeiro. Afirmou que a ação das forças de segurança não teve como alvo civis, mas grupos fortemente armados. Também criticou a decisão do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Supremo Tribunal Federal de designar o Ministro Alexandre de Moraes para analisar a ADPF relacionada ao caso, alegando que a escolha não seguiu o procedimento de distribuição regular.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.899, de 2012, que Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.899, de 2012, que Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Dandara (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.899, de 2012, que Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.899, de 2012, que Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.899, de 2012, que Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.899, de 2012, que Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.899, de 2012, que Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 3.899, de 2012, que Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Economia Circular, estabelece mecanismos de estímulo, parâmetros e instrumentos de fortalecimento da responsabilidade na gestão corporativa, a produção e o consumo sustentáveis, e dá outras providências.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado manifestou preocupação com a votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Economia Circular, sem que o último relatório do Relator estivesse no sistema, disponível para todos os Deputados. Ademais, assinalou haver tentativa de construção de acordo, mas considerou inaceitável discutir matéria de tamanha relevância — que apresentava diversos problemas e impunha ônus excessivos ao setor produtivo — sem acesso à versão atualizada do documento.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado apelou à Presidência da sessão para interceder junto ao Presidente Hugo Motta diante da ausência, no sistema, do último relatório, além do esvaziamento do Plenário. Ademais, defendeu que a discussão do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Economia Circular, fosse adiada para outra oportunidade, a fim de evitar perda de tempo e permitir a apreciação de outras matérias já prontas para a pauta do dia.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado ressaltou que inúmeros partidos declararam desconhecer o relatório que estava sendo votado, em relação ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Economia Circular. Considerou impossível votar o projeto, de tema relevante e complexo, sem a existência do relatório. Além disso, apontou contradição de Líderes partidários que, apesar de concordarem com a impossibilidade de votar, orientaram bancadas a manter o projeto na pauta. Por fim, cobrou coerência e conclamou voto “sim” à retirada de pauta até a apresentação do relatório.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Economia Circular, estabelece mecanismos de estímulo, parâmetros e instrumentos de fortalecimento da responsabilidade na gestão corporativa, a produção e o consumo sustentáveis, e dá outras providências.

Luciano Vieira (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Economia Circular, estabelece mecanismos de estímulo, parâmetros e instrumentos de fortalecimento da responsabilidade na gestão corporativa, a produção e o consumo sustentáveis, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado registrou homenagem a três lideranças gaúchas do PL presentes no Plenário: o Vereador Alexandre, de São Leopoldo (RS), o Prefeito Oseas, de Araricá (RS), e o Vice-Prefeito David, de Paverama (RS). Destacou o empenho de suas administrações municipais na superação dos danos e dificuldades causados pelas enchentes e na retomada do progresso, atribuindo os resultados à dedicação e ao talento das referidas autoridades locais.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada denunciou a tentativa de se tentar fazer do Rio de Janeiro um laboratório de intervenção internacional, destacando notícia de que a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro havia enviado carta para a embaixada dos Estados Unidos classificando organizações criminosas como terroristas, além de proposta da bancada do Rio de fazer um documento pedindo intervenção internacional. Ainda, classificou esses movimentos como lesivos à soberania do País e com caráter eleitoral, político e ideológico. Por fim, rejeitou a caracterização de narcoterrorismo e atribuiu ao Governador e às forças estaduais de segurança a responsabilidade pelo enfrentamento à criminalidade, sustentando que o Brasil possui meios próprios para agir.

Zucco (PL - RS) - O Deputado qualificou integrantes de facções criminosas como terroristas, ressaltando o fato de que utilizaram, contra policiais do Rio de Janeiro, *drones*, explosivos bombas e metralhadoras, o que resultou na morte de quatro policiais. Além disso, criticou o Ministro da Fazenda por fazer vídeos contrários à referida operação policial e o Presidente Lula por não ter ido ao Estado para apoiar a ação. Por fim, manifestou inconformidade com a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, argumentando que a PEC diz ser da segurança, mas não contempla medidas como isolamento de líderes de facção, segurança armada nas escolas, aumento da pena, fim de visitas íntimas a presos perigosos e redução da maioria penal.

Diego Garcia (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado solicitou a votação do Requerimento de Urgência nº 4.446, de 2025, relativo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2025, de sua autoria, que visa sustar decreto do Governo Federal que inviabiliza as escolas de educação especial em todo o País. Relatou que tem recebido ligações e mensagens de pessoas do Paraná que informam já haver Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) negando matrículas. Por fim, qualificou o cenário como de apreensão generalizada para famílias e comunidades escolares e defendeu a votação imediata da urgência a fim de assegurar continuidade das matrículas e proteção da educação especial no Brasil.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada, acompanhada do Assessor-Chefe Almirante Silva Filho, da Marinha do Brasil, fez apelo ao Relator, Deputado Luciano Vieira, para suprimir o art. 27 do Projeto de Lei nº 3.899, de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

2012, em discussão, ao afirmar que a exigência de posicionar boias com o navio parado seria operacionalmente inviável e, em caso de incidente, acarretaria dano muito maior. Além disso, registrou que já há destaques no mesmo sentido da supressão, de diferentes bancadas e partidos, e sustentou que a retirada consensual do dispositivo seria preferível à votação dos destaques.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado registrou preocupação com a cadeia produtiva das conservas de pêssego em calda no Rio Grande do Sul. Mencionou a existência de pouco mais de mil produtores que abastecem 11 indústrias na região de Pelotas (RS) e Morro Redondo (RS), e assinalou que houve problema de preço e entrada de produto importado da Argentina, o que afetou produtores, empregos e a sustentabilidade das fábricas. Por fim, comunicou ter encaminhado pedido ao Ministro Carlos Fávaro, para que a área de comércio exterior estabelecesse limite às importações no momento atual, a fim de proteger a indústria regional e a fruticultura local.

Luciano Vieira (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado, Relator do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, em discussão, respondeu ao questionamento da Deputada Laura Carneiro sobre a retirada do art. 27 do projeto. Explicou que as cordas instaladas ao redor de navios atracados em portos atuam como barreira para conter vazamentos de combustível, e a obrigatoriedade dessas cordas foi retirada do regramento legislativo há cerca de 4 anos. Ademais, relatou que, em terminais do Rio de Janeiro, de Itaguaí (RJ) e de São Paulo, há óleo de navios parados escoando para o mar, o que gera dano ambiental maior do que o custo para as empresas de manterem a contenção. Por fim, defendeu a retomada do procedimento de contenção nos portos como medida de proteção ambiental.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado declarou que as operações policiais no Rio de Janeiro configuraram massacre, genocídio e espetáculo com finalidade eleitoral, atribuído ao Governador, e questionou se tais ações realmente aumentariam a segurança pública e desmantelariam o Comando Vermelho. Contrapôs o modelo de incursões letais à atuação por inteligência, ao citar dados de operações da Polícia Federal com apreensões expressivas e prisões sem mortes, bem como a investigação financeira na Avenida Faria Lima contra lavagem de dinheiro ligada ao crime organizado. Por fim, afirmou haver corrupção em parte das forças estaduais e mencionou desvio de armas de quartéis, além de defender que o enfrentamento ao crime exige coordenação e asfixia econômica, e não chacinas em favelas.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado informou que houve avanço nas negociações para aprovação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Economia Circular, e fez apelo ao Relator para a retirada do art. 27, por considerar que o dispositivo gera riscos à segurança marítima, segundo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

posicionamento da Marinha do Brasil. Ainda, assinalou que já existem três destaques com o mesmo propósito, e que o PSB apoia a supressão do artigo. Por fim, sustentou que a exclusão do art. 27 permitirá a votação consensual do projeto, com preservação da segurança da navegação.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado relatou ter recebido manifestações de entidades do seu Estado contra decreto do Governo Federal na área de educação, ao afirmar que a medida afeta a educação infantil especializada e gera insegurança jurídica para cidadãos e escolas especializadas. Declarou apoio às instituições dedicadas às pessoas com deficiência e informou ter apresentado Projeto de Decreto Legislativo para sustar o decreto, bem como registrou que há o compromisso de reunião entre o Governo, a Presidência da Casa e os Líderes para tratar do tema. Por fim, defendeu esclarecimentos imediatos e a preservação da rede especializada, em nome do direito à educação de crianças e jovens com deficiência.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado registrou a presença do Prefeito e do Vice-Prefeito de Santa Maria de Jetibá (ES). Além disso, contrapôs posições políticas sobre segurança pública ao afirmar que a Direita defende policiais e a Esquerda defende traficantes, e criticou o Presidente Lula, o PT e o PSOL por defenderem traficantes e os tratarem como vítimas. Por fim, afirmou apoio à criação de guarda municipal no Município para enfrentar o tráfico de drogas e reforçou retórica punitiva ao defender reação rigorosa contra organizações criminosas. Por fim, reiterou que traficante deve receber tratamento repressivo.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado registrou a celebração dos 15 anos do Parque Estadual da Serra dos Montes Altos, e informou que o Inema reuniu ambientalistas e organizações na Câmara de Vereadores de Guanambi (BA) para marcar a data. Assinalou que a unidade de conservação abrangia áreas de Guanambi (Distrito de Mutãs), Palmas de Monte Alto (BA) e Sebastião Laranjeiras (BA), com preservação integral de nascentes em região de Caatinga, e ressaltou o engajamento de moradores do entorno na proteção do patrimônio natural. Por fim, convidou a população para audiências públicas da Codevasf, nos dias 4, 5 e 6, em Malhada (BA), Luiú (BA), Palmas de Monte Alto e Guanambi, a fim de debater o projeto de irrigação do Vale do Luiú, defendendo que a iniciativa representa o desenvolvimento para o sudoeste da Bahia.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado criticou a empresa Log-In Logística Integrada por desobedecer à decisão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários que suspendeu a cobrança da chamada “taxa da pouca água”, de mais de 10 mil reais por contêiner. Afirmou que a justificativa da empresa, a estiagem do Rio Amazonas, é infundada, já que o rio continua navegável. Considerou a taxa uma forma de extorsão para ampliar lucros em operações já subsidiadas e defendeu que os valores pagos indevidamente sejam ressarcidos. Concluiu reafirmando que o Brasil tem leis e que elas devem ser cumpridas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado manifestou apoio à operação policial realizada no Rio de Janeiro, elogiando a atuação dos policiais e do Governador do Estado. Criticou o Governo Federal, acusando-o de falta de apoio e de conluio com organizações criminosas. Disse ainda que os criminosos mortos seriam protegidos pela “Esquerda comunista” e lamentou as mortes dos quatro policiais durante a operação.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado prestou homenagem aos quatro policiais mortos durante a megaoperação no Rio de Janeiro, classificando a ação como quase perfeita, não fosse pelas mortes dos agentes. Pediu que a Câmara realizasse “1 minuto de aplausos” pelos mais de cem criminosos mortos na operação, afirmando desejar que esse número aumente.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Além disso, anunciou a apresentação de uma moção de louvor, a ser publicada no Diário da Câmara, em homenagem aos policiais Marcus Vinícius Cardoso de Carvalho, Rodrigo Velloso Cabral, Sargento Heber Carvalho da Fonseca e Sargento Cleiton Serafim Gonçalves, mortos em serviço no Rio de Janeiro. Por fim, criticou o Governo Federal por não ajudar o Estado do Rio de Janeiro a retomar o controle de seu território, o que considera essencial para garantir a soberania e a aplicação da lei e da ordem.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Além disso, defendeu que o Rio de Janeiro precisa de ações concretas e apoio ao Governador, criticando instituições como o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal por questionarem a operação policial realizada no estado. Responsabilizou ainda o PSB pela ADPF 635, que limitou a atuação da polícia e favoreceu o crime. Por fim, criticou declarações do Presidente da República sobre traficantes e afirmou que a população é vítima de governos que considera coniventes com a criminalidade.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Ademais, declarou apoio ao Governador do Rio de Janeiro, dizendo que ele conta com o apoio do povo brasileiro, mas não deve esperar ajuda do Governo Federal, pois esse seria comprometido com organizações criminosas.

Luciano Vieira (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado proferiu uma reformulação do parecer ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Daniel Agrobom (PL - GO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Rosângela Reis (PL - MG) - A Deputada denunciou o impacto do aço subsidiado chinês na economia brasileira. Afirmou o País enfrenta uma invasão de produtos com prática de *dumping* e destacou que as importações da China cresceram mais de 250%, ultrapassando 1 bilhão de reais em 2023, com preços artificialmente baixos sustentados por subsídios e excesso de produção. Alertou que essa concorrência desleal ameaça milhares de empregos, podendo causar a perda de até 21 mil postos diretos e indiretos apenas na região da Usiminas, que recentemente investiu 6 bilhões de reais em modernização. Por fim, pediu urgência na adoção de medidas *antidumping* e defendeu que proteger a indústria siderúrgica é proteger o Brasil.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado comentou a megaoperação policial no Rio de Janeiro e afirmou que a Esquerda defende bandidos, citando que um parlamentar teria criticado a polícia em coletiva de imprensa. Declarou que, nesse caso, há apenas duas posições possíveis: apoiar a polícia ou os criminosos.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado criticou a operação policial realizada no Rio de Janeiro, classificando-a como um massacre. Destacou que a ação tinha como objetivo cumprir mandados judiciais e prender 90 pessoas, mas resultou em 81 prisões e 128 mortes. Lembrou ainda que a Constituição brasileira não prevê pena de morte e defendeu o afastamento do Governador Cláudio Castro para garantir uma investigação transparente.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado destacou a relevância do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado registrou a presença dos Vereadores Valmir, acompanhado de sua esposa Adriana, da cidade de Itaporã (TO), e Leomar Xerente, de Tocantínia (TO). Ressaltou que a visita foi oportuna e contribuiu para enriquecer os trabalhos do plenário. Destacou ainda que ambos os vereadores representam Municípios do Tocantins que integram sua base de representação, expressando reconhecimento pela participação e pelo acompanhamento das atividades legislativas por parte das lideranças locais.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado manifestou apoio à megaoperação policial realizada no Rio de Janeiro (RJ), que resultou na morte de integrantes de facções criminosas. Criticou a posição de um Deputado do PT da Bahia que havia questionado a ação e afirmou que a população apoia medidas de enfrentamento ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

crime organizado. Parabenizou o Governador do Rio de Janeiro, além das polícias militar e civil, pela condução da operação. Destacou que entre os mortos estavam chefes de facções responsáveis por crimes cometidos também no Ceará, e reiterou seu apoio às forças de segurança pública.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado anunciou a presença de uma delegação de Marília (SP) que se dirigia à COP 30 de bicicleta. Destacou o ciclista Ademar Aparecido de Jesus, conhecido como Dema, acompanhado do Pastor Marcos Jordão e de Rafael Giovanetti Teixeira. Informou que o grupo percorreu diversas cidades promovendo mensagens sobre a importância do respeito ao meio ambiente. Afirmou apoiar a iniciativa e afirmou que ações como essa demonstravam o compromisso de cidadãos com causas sustentáveis. Saudou os visitantes e expressou reconhecimento pela presença deles na Câmara dos Deputados.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada propôs que, embora os pedidos de tempo de um minuto continuassem sendo concedidos, fosse observada uma limitação quando feitos repetidas vezes, a fim de evitar prejuízos à discussão e votação das matérias da pauta. Destacou a importância de manter o caráter democrático das sessões, garantindo a palavra aos colegas, mas ressaltou a necessidade de equilíbrio para assegurar a fluidez dos trabalhos legislativos e o cumprimento da agenda prevista.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada manifestou preocupação com a situação da segurança pública no Rio de Janeiro (RJ) e criticou manifestações de comemoração pelas mortes registradas em operação policial no Estado. Afirmou que o episódio afetou negativamente a imagem do Brasil no exterior e defendeu uma reflexão profunda sobre o tema. Destacou que mais de 128 pessoas haviam morrido e questionou celebrações diante da perda de vidas, reafirmando que nenhuma religião prega alegria diante da morte. Expressou repúdio às manifestações ocorridas durante a sessão.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado anunciou a retirada do destaque de preferência apresentado, para votação do texto do Senado, ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado criticou o parecer da Advocacia-Geral da União que limitou o uso de blindados das Forças Armadas aos casos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Considerou a medida um obstáculo ao apoio federal solicitado pelo Rio de Janeiro. Também mencionou que a Polícia Federal teria negado auxílio solicitado pela inteligência da Polícia Militar do Rio de Janeiro e cobrou prioridade na votação de propostas voltadas ao combate à criminalidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado classificou como grave a situação relatada pelo Deputado Marcel Van Hattem sobre a negativa de apoio à operação policial no Rio de Janeiro. Afirmou que as forças de segurança foram recebidas com violência ao tentar cumprir mandados judiciais e criticou colegas que defenderam traficantes. Também denunciou supostas irregularidades em acordos envolvendo aposentados, investigadas pela CPI do INSS. Informou que os advogados receberiam 5% dos valores, enquanto os beneficiários não teriam ganhos efetivos. Considerou o caso um escândalo e cobrou esclarecimentos sobre os termos desses acordos.

Luciano Vieira (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Manifestou solidariedade aos policiais do Rio de Janeiro e afirmou que o País acompanhava o enfrentamento ao crime no Estado. Declarou que o Brasil tinha condições de combater o crime organizado e defendeu o apoio da sociedade às forças de segurança. Criticou colegas que culpavam a polícia e defenderam criminosos em meio às operações realizadas. Ressaltou que a atuação policial é essencial para restabelecer a ordem e condenou manifestações políticas que, em sua avaliação, deslegitimaram o trabalho das corporações responsáveis pela segurança pública.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Destacou o acordo político construído para votação do Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão, e dá outras providências. Explicou que a proposta foi elaborada após a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul e contou com a colaboração de diferentes bancadas, incluindo a Frente Parlamentar da Agricultura. Mencionou o compromisso dos Deputados Sóstenes Cavalcante e Cabo Gilberto Silva com a retirada do kit de obstrução, reforçando o caráter ambiental e nacional da medida. Ressaltou que o projeto buscava reduzir processos de erosão e os impactos ambientais e humanos decorrentes do assoreamento dos rios.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Daniel Agrobom (PL - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado elogiou a operação policial no Rio, dizendo que ela expôs quem está ao lado do crime e quem não está, e afirmou que o episódio deixou claro as divisões ideológicas no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Afirmou que facções dominam 25% da população, culpou o Governo Federal e a Esquerda pela suposta conivência com criminosos e citou pesquisa indicando que parte da população acha que a criminalidade piorou no Governo Lula. Além disso, definiu a necessidade de “guerra ao narcotráfico”, apoio às polícias e aprovação de projetos que equiparem facções a terrorismo e criem um marco legal de combate às organizações criminosas. Na continuidade, anunciou que haverá Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado no Senado e sugeriu que a falta de assinaturas do Partido dos Trabalhadores (PT) indica medo de possíveis vínculos. Finalizou exortando colegas a escolherem lado e prometendo usar esse episódio como parâmetro nas eleições.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou o Governo Federal, afirmando que o Executivo vive em “negação da criminalidade” no país. Classificou como “vexatória” a entrevista coletiva do Ministro da Justiça e Segurança Pública sobre os recentes episódios de violência no Rio de Janeiro. Destacou que o próprio Diretor da Polícia Federal (PF) admitiu que a inteligência da Polícia Militar fluminense pediu apoio da PF para a operação, mas que o pedido foi negado após avaliação do órgão — fato que desmentiria a narrativa de setores da esquerda de que não houve recusa do Governo Federal. Por fim, parabenizou o Governador Cláudio Castro pela condução da ação e pela firmeza diante da recusa de apoio.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado manifestou indignação diante das reações de alguns colegas Parlamentares às mortes ocorridas durante a operação policial no Rio de Janeiro. Representando o Estado, afirmou sentir vergonha ao ver Deputados comemorando o que chamou de “chacina”, que resultou em mais de 150 mortos. Além disso, classificou a ação como “desastrosa”, criticou o Governador Cláudio Castro por considerar a operação um sucesso, e ressaltou que o episódio representa “muita desumanidade”. Por fim, afirmou que a política deve se pautar pela defesa da vida e que a comemoração de tragédias como essa envergonha o Parlamento e o país.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado solicitou que o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, seja analisado com mais profundidade antes da votação prevista para ocorrer em breve. Ressaltou a importância de se ler e considerar integralmente as Emendas nº 26 e nº 30, de sua autoria, que propõem exceções à aplicação da cota de jovem aprendiz em determinados setores. Argumentou que não é viável exigir cotas de aprendizagem em áreas como segurança privada, transporte, agricultura e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

indústria pesada, por envolverem atividades de risco ou exigirem formação técnica específica. Por fim, defendeu que o projeto não deve ser votado de forma apressada e pediu que seja retirado de pauta ou, ao menos, que as emendas apresentadas sejam acolhidas, garantindo uma discussão mais ampla com os setores impactados.

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado elogiou a decisão da Argentina de classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas e criticou o Governo brasileiro por não fazer o mesmo. Repreendeu colegas de esquerda por, segundo ele, “defender bandidos” e por sugerirem abordagens brandas em operações nas favelas. Além disso, ressaltou que a polícia é recebida a tiros porque as facções estão mais bem armadas do que as forças de segurança, e concluiu com tom de indignação, reprovando aqueles que, em sua visão, minimizam a gravidade da violência.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado respondeu a críticas feitas por Parlamentares de esquerda sobre a operação policial no Rio de Janeiro. Afirmou não sentir vergonha, mas orgulho da polícia e das famílias dos quatro agentes mortos em serviço, que, segundo ele, “deram a vida para combater o crime”. Explicou que os traficantes estavam fortemente armados, usando fuzis e *drones* com explosivos, e que, se fossem pacíficos, teriam se rendido às autoridades. Na continuidade, lamentou a fala do Presidente Lula, que responsabilizou o usuário de drogas pela existência do tráfico. Por fim, reforçou seu apoio às forças de segurança e condenou o que considera inversão de valores no debate público sobre o combate ao crime organizado.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado expressou vergonha ao ver Parlamentares que, segundo ele, defendem o crime organizado, e repudiou qualquer postura que minimize a gravidade do poderio armado das facções. Argumentou que, em comunidades controladas por criminosos — citando até “1.500 soldados” do tráfico — não há como esperar rendição pacífica; a polícia não pode ser recebida “cantando canções de ninar”. Por fim, defendeu postura firme do Estado e disse quem enfrenta a polícia e não se rende deve ser tratado com rigor.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado comunicou a retirada do Destaque nº 12, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis, afirmando que a decisão foi resultado de um entendimento construído para evitar impactos negativos à logística nacional. Explicou que o dispositivo em questão geraria custos adicionais e não contava com o aval da Marinha Brasileira. Por fim, disse que o objetivo é manter o diálogo e buscar soluções consensuais que atendam ao interesse público e respeitem as posições técnicas das Forças Armadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado esclareceu que houve ampla negociação com a Oposição e com as bancadas da Câmara para manter o texto-base acordado, rejeitando o destaque que retomaria a versão do Senado, o Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 2001; a Lei do Pré-Sal; e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Destacou que o texto atual do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis, foi construído de forma coletiva, inclusive no Colégio de Líderes, e que o Governo já atendeu às principais demandas de diferentes partidos. Em seguida, fez um apelo ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) para retirar o destaque de preferência, afirmando que insistir na versão do Senado enfraqueceria o acordo e prejudicaria o funcionamento do Plenário. Por fim, reiterou que o projeto é fruto de diálogo e que qualquer mudança agora colocaria em risco o entendimento alcançado entre Governo e Oposição.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado defendeu que o projeto original do Senado, o Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 2001; a Lei do Pré-Sal; e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos; é mais equilibrado e reflete melhor os princípios da economia circular, razão pela qual o Partido Socialista Brasileiro (PSB) decidiu manter o destaque de preferência. Argumentou que as mudanças recentes, sem consenso no Colégio de Líderes, retiraram obrigações do agronegócio e mantiveram dispositivos que estimulam a incineração de resíduos, além de suscitar preocupações com a segurança marítima, ponto levantado pela própria Marinha. Por fim, afirmou que o partido levará a questão a voto, defendendo um modelo de sustentabilidade mais coerente e abrangente.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou a instabilidade do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis; destacando que foram apresentados três relatórios diferentes em um único dia. Argumentou que essa falta de coerência prejudica o desenvolvimento do país e gera insegurança para empresários e investidores. Também afirmou que o bom senso deve prevalecer acima de disputas ideológicas, ressaltando que primeiro deve vir o interesse nacional. Na continuidade, disse que a Direita é quem sustenta o progresso e o pagamento de impostos, enquanto a Esquerda, em sua visão, adota práticas de “gastança desenfreada” e busca constantemente aumentar a carga tributária. Por fim, pediu responsabilidade e seriedade na condução das políticas públicas, sem demagogia e com respeito ao contribuinte.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado reforçou sua defesa pela adoção do texto do Senado, o Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 2001; a Lei do Pré-Sal; e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Argumentou que o projeto original foi amplamente debatido e alcançou consenso entre diversas frentes parlamentares, sendo considerado equilibrado e tecnicamente sólido. Criticou as sucessivas alterações no texto em votação na Câmara, que, em sua avaliação, introduziram temas “estranhos à matéria”, como dispositivos que excluem o agronegócio e trechos que comprometem a segurança marítima, conforme alertas da própria Marinha. Além disso, lembrou que o agronegócio é hoje um exemplo positivo de economia circular, por transformar resíduos em biometano e bioinsumos. Explicou que a proposta do Senado representa um avanço estratégico, ao incentivar uma produção sustentável baseada na reutilização e no reaproveitamento de materiais desde a concepção dos produtos, sem gerar ônus excessivo às empresas. Por fim, pediu apoio para aprovar o destaque de preferência e manter o texto construído no Senado, relatado pelo Senador Jaques Wagner.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do destaque de preferência ao Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 2001; a Lei do Pré-Sal; e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos; apensando ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do destaque de preferência ao Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 2001; a Lei do Pré-Sal; e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos; apensando ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Aproveitou para dirigir-se ao Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e ao Senador Marco Rubio, afirmando que a situação de violência no Rio de Janeiro ultrapassa o âmbito da segurança interna brasileira e integra uma “geopolítica do Foro de São Paulo”. Afirmou que países da América Latina, como Colômbia, Venezuela e Brasil, estariam se transformando em “narcoestados” sob convivência de seus líderes. Criticou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alegando que sua política seria cúmplice desse cenário e citando declarações nas quais o Presidente teria dito que “traficantes são vítimas”. Por fim, pediu que os Estados Unidos “voltem seus olhos” para a América Latina, apoiem as instituições de segurança brasileiras e ajudem o país a “se livrar desse narcoestado terrorista”.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do destaque de preferência ao Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

10.332, de 2001; a Lei do Pré-Sal; e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos; apensando ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do destaque de preferência ao Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 2001; a Lei do Pré-Sal; e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos; apensando ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Aproveitou para elogiar a decisão do Senador Davi Alcolumbre de instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado no Congresso Nacional. Ressaltou que a comissão é fundamental para investigar não apenas as facções criminosas, mas também as estruturas que, segundo ele, dão sustentação a essas organizações dentro do próprio Estado brasileiro. Também afirmou que o objetivo da CPI deve ser “chegar aos peixes grandes”, abrangendo possíveis conexões do crime organizado com setores da República, incluindo o Congresso, o Judiciário e Governos Estaduais. Concluiu defendendo que o enfrentamento à criminalidade exige transparência e coragem política.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do destaque de preferência ao Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 2001; a Lei do Pré-Sal; e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos; apensando ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Aproveitou para elogiar o Governo Federal pela assinatura do decreto que institui a logística reversa dos plásticos, classificando-o como um avanço significativo na promoção de uma economia mais sustentável e alinhada aos princípios da economia circular.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque de preferência para o Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (Lei do Pré-Sal), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para adequá-las à nova política, apensando ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque de preferência para o Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (Lei do Pré-Sal), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

adequá-las à nova política, apensando ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque de preferência para o Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (Lei do Pré-Sal), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para adequá-las à nova política, apensando ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Ademais, anunciou que o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, autorizou a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o crime organizado e alertou para o seu potencial de atingir o Governo Federal.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque de preferência para o Projeto de Lei nº 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (Lei do Pré-Sal), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para adequá-las à nova política, apensando ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Da Vitoria (PP - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Ademais, defendeu a necessidade de o Parlamento manter atenção à crise no Rio de Janeiro (RJ), ressaltando que o combate ao crime organizado exige ação imediata e que investimentos em segurança pública foram negligenciados em todas as esferas de Governo. Ao final, alertou para o uso de armas de alto calibre contra as forças de segurança e sustentou a necessidade de proteção da vida humana bem como do confronto direto com criminosos que enfrentam a polícia.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado denunciou que pedidos de blindados e de apoio da Polícia Federal ao Estado do Rio de Janeiro foram ignorados pelo Governo Federal, o que obrigou o Governo estadual a realizar a operação policial por conta própria. Ademais, defendeu que a responsabilidade pela segurança pública envolve União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Por fim, pediu o apoio do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para conter o avanço do narcotráfico e alertou para o plano geopolítico de dominação da América Latina liderado por Governos associados ao narcoestado.

Daniel Agrobom (PL - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado encaminhou a votação do art. 24, II, do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do art. 27 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 27 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Ademais, condenou o Governo Lula por ter abandonado o Rio de Janeiro diante da escalada da criminalidade e o Rio Grande do Sul durante as enchentes. Ao final, afirmou que o Presidente Lula não combate o crime, considera os traficantes como vítimas e que os presidiários votaram nele.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 27 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 27 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 27 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 27 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 27 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Luciano Vieira (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado abordou a questão ambiental e de segurança nos portos fluminenses, convidando colegas a visitarem as instalações para compreender a situação. Apontou que empresas que recebem contêineres pressionaram seu gabinete contra a aprovação Projeto de Lei nº 3.899, de 2012. Informou ainda que essas empresas atuavam há mais de 30 anos e foram removidas há apenas 4 anos. Além disso, ressaltou a importância do monitoramento das operações portuárias, considerando o contexto de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, onde a maioria dos carregamentos de drogas e armas entra pelos portos, de forma que essas empresas desempenham papel relevante na vigilância do que entra e sai das instalações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 27 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 27 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.899, de 2012, que institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis. Além disso, manifestou preocupação com a situação de Bolsonaro, apontando que o maior líder político do País encontra-se preso injustamente há mais de 86 dias, ressaltando que bolsonaristas deveriam amplificar essa questão para o Brasil e para o mundo.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado manifestou preocupação com a morte de quatro policiais no Rio de Janeiro, questionando a normalização da violência contra agentes de segurança. Apontou que o crime prospera onde o Governo é conivente e caracterizou os confrontos na Vila da Penha e Complexo do Alemão como operações de guerra, com criminosos fortemente armados em estruturas organizadas. Criticou também narrativas que invertem a realidade, tratando bandidos como vítimas e policiais como vilões, atribuindo essa postura à Esquerda, ONGs e setores da imprensa. Além disso, ressaltou que 26% do território nacional está sob controle de facções e milícias, responsabilizando o Governo Lula pela situação. Destacou aumento de 65% nas mortes de policiais no Rio em relação a 2024 e atribuiu essa realidade a políticas que tratam traficantes como vítimas, desmontam segurança pública e restringem operações policiais, como a ADPF 635. Parabenizou o Governador Cláudio Castro pela operação que neutralizou 128 criminosos, apreendeu 115 fuzis de guerra e prendeu 80 pessoas, concluindo que o problema central é o desgoverno do PT, não a polícia.

Dr. Jaziel (PL - CE) - O Deputado manifestou indignação com as políticas governamentais, associando-as à abolição do Estado Democrático de Direito por meio de associação com facções criminosas. Apontou que populações no Ceará e em todo o Brasil são refém de traficantes, desocupando suas casas por ordem deles. Caracterizou o Rio de Janeiro como narcoestado. Dirigiu-se aos eleitores do Governo, convocando-os ao arrependimento e à reflexão sobre suas escolhas eleitorais. Por fim, demandou processo de *impeachment* contra o Presidente Lula como medida necessária para que o Brasil pudesse recuperar-se da crise de segurança pública e governança.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado, em nome do Colégio de Bispos da Convenção das Assembleias de Deus, Ministério de Madureira (Conamad), elogiou a indicação, ao Supremo Tribunal Federal (STF), do Ministro Jorge Messias, Advogado-Geral da União, destacando sua trajetória marcada por ética, fé e técnica. Ressaltou formação exemplar do jurista, com graduação pela Universidade Federal de Pernambuco e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

mestrado pela Universidade de Brasília, além de carreira sólida como Procurador da Fazenda Nacional. Registrou, que à frente da Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministro conduz a instituição com sabedoria e prudência, demonstrando respeito à legalidade, soberania nacional e estabilidade institucional. Por fim, afirmou que a eventual indicação ao STF representaria reconhecimento à competência técnica e integridade moral, bem como gesto de respeito à comunidade evangélica brasileira na vida pública.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o decreto do Governo Federal que prejudicaria as Apaes, escolas especializadas para pessoas com deficiência. Apontou gravidade da medida e solicitou aprovação de urgência de Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2025, que susta os efeitos do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Ademais, criticou o Governo Lula por falta de sensibilidade com pessoas com deficiência, mencionando descaso histórico com questões de saúde mental e relembrando declarações do Presidente que desrespeitaram pessoas com problemas de saúde.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão, e dá outras providências.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão, e dá outras providências.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão, e dá outras providências.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado proferiu parecer à Emenda de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado informou a retirada do destaque para votação em separado do Art. 6 da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão, e dá outras providências.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada agradeceu ao Presidente da Câmara pela inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, e ao Deputado Túlio Gadêlha pelo relatório e compromisso com meio ambiente, bem como a todas as Lideranças partidárias pelo acordo que permitiu a votação. Destacou que a prioridade central era o Brasil e o interesse público, com foco na preservação dos recursos hídricos e na proteção ambiental e humana. Ressaltou ainda a importância da matéria às vésperas da COP 30 e agradeceu ao movimento ambientalista brasileiro pela concepção da proposta. Enfatizou também que preservação ambiental constitui responsabilidade coletiva, não apenas pelo contexto da conferência climática, mas pela necessidade de futuro com qualidade, bem-viver, dignidade e diversidade.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado solicitou apreciação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que susta os efeitos do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Além disso, solicitou também que o Partido dos Trabalhadores (PT) vote favorável a anistia, como forma de pacificar o Brasil e promover avanço no Estado de Direito.

Juscelino Filho (UNIÃO - MA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, criticou a inclusão de matérias estranhas na proposição, oriundas da Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País e dá outras providências. Além disso, condenou especialmente a inclusão do Programa Pé-de-Meia no cálculo do mínimo constitucional em educação, o que poderá significar um corte de 10 bilhões de reais do atual orçamento de política educacional. Ao final, informou que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresentou emenda para excluir o Pé-de-Meia do mínimo constitucional, mas não obteve o número mínimo de assinaturas.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, condenou a inclusão de matérias estranhas na proposição, especialmente a inclusão do Programa Pé-de-Meia no mínimo constitucional da educação, que acarretará um corte de 13 bilhões de reais em política educacional. Além disso, criticou a redução do prazo para apresentação do laudo pericial do auxílio-doença, o que resultará em segurados doentes retornando ao trabalho. Adicionalmente, recriou a burocratização do auxílio-defeso, que dificulta o acesso dos pescadores artesanais ao benefício. Ao final, elogiou a marcha dos servidores públicos federais, em Brasília (DF), contrária ao arcabouço fiscal e à Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, que altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público (Reforma Administrativa).

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, criticou o Governo Federal por inserir matérias estranhas na proposição, oriundas da Medida Provisória nº 1.303, de 2025, rejeitada pelo Congresso Nacional, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País e dá outras providências. Além disso, defendeu que o equilíbrio fiscal deve ser buscado com a redução de despesas e não com aumento de tributos, repudiando a elevação da carga tributária imposta sobre a população.

Juscelino Filho (UNIÃO - MA) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, alertou para a atuação do crime organizado no campo, destacando que agricultores vêm sendo extorquidos com cobranças de “taxa de segurança” para evitar invasões armadas e roubos de insumos agrícolas. Ao final, condenou o Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes por solicitar à Procuradoria-Geral da República investigação sobre a operação policial no Rio de Janeiro (RJ).

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, defendeu os pescadores do Rio Grande do Sul, em especial da Lagoa dos Patos, diante das ações da Patram — Batalhão Ambiental da Brigada Militar —, da Polícia Federal, da Polícia Ambiental e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que vêm constrangendo trabalhadores durante a temporada da corvina e da tainha. Ao final, manifestou apoio ao Vereador Irandi Rodrigues e exigiu respeito e dignidade aos pescadores que têm na atividade o sustento de suas famílias.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado condenou a inclusão, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de matéria estranha no Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, lembrou que os dispositivos reinsertidos na proposição são oriundos da Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País, já rejeitada pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, defendeu a operação policial no Rio de Janeiro (RJ), lamentou a morte de quatro policiais e rejeitou a qualificação de “chacina”.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Juscelino Filho (UNIÃO - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, lamentou que o mesmo Plenário que havia rejeitado a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, relativa à tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País, esteja votando favoravelmente à reinserção de dispositivos antes descartados.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, esclareceu que os dispositivos inseridos na proposição, oriundos da Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País, tão somente restabelecem corte de despesas, sem aumentar impostos.

Hugo Leal (PSD - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, destacou sua contribuição à matéria, tendo em vista que o Projeto de Lei nº 4.591, de 2019, de sua autoria, que acrescenta o art. 22-A na Lei nº 8.981, de 1995, para prever a possibilidade de atualização do custo de aquisição de bens e direitos sujeitos à tributação do ganho de capital mediante a incidência de alíquota reduzida, foi acolhido no relatório.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, defendeu a aprovação do destaque que suprime dispositivo legal prejudicial ao direito ao seguro-defeso dos pescadores.

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado anunciou que a bancada do PL passou a atuar fora do bloco partidário para ampliar os instrumentos de obstrução e fortalecer a oposição ao Governo Federal. Além disso, prestou homenagem aos quatro policiais mortos durante operação no Complexo da Penha e elogiou o Governador Cláudio Castro pela condução das ações de segurança. Também criticou o Ministro da Justiça e o Presidente Lula por politizarem o tema e minimizarem a gravidade do crime organizado. Defendeu o enfrentamento ao tráfico, repudiou a relativização das drogas e cobrou do Governo Federal medidas de controle das fronteiras. Encerrou reafirmando solidariedade às famílias das vítimas e apoio às forças de segurança do Rio de Janeiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou a decisão do Ministro Alexandre de Moraes de intimar o Governador Cláudio Castro para prestar esclarecimentos sobre a letalidade da Operação Contenção, realizada no Rio de Janeiro. Também afirmou ter ficado surpreso com a medida e disse esperar das autoridades manifestações de pesar pela morte dos policiais, e não questionamentos à atuação das forças de segurança. Ao finalizar, ironizou o comportamento do Ministro, afirmando que ele se mostra rigoroso com cidadãos comuns e complacente com o crime organizado.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do Capítulo 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Capítulo 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Capítulo 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Juscelino Filho (UNIÃO - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Capítulo 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Capítulo 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Capítulo 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Capítulo 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Capítulo 3 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Capítulo 3 do Substitutivo ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Capítulo 3 do Substitutivo ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Além disso, fez um apelo pela aprovação do novo Código Penal e do projeto de autoria do Deputado Bilynskyj, relatado pelo Deputado Guilherme Derrite, para fortalecer o combate às facções criminosas.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Capítulo 3 do Substitutivo ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo 3º do artigo 17 da Lei 9.430/96, constante no artigo 32 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo 3º do artigo 17 da Lei 9.430/96, constante no artigo 32 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo 3º do artigo 17 da Lei 9.430/96, constante no artigo 32 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo 3º do artigo 17 da Lei 9.430/96, constante no artigo 32 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do parágrafo 3º do artigo 17 da Lei 9.430/96, constante no artigo 32 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo 3º do artigo 17 da Lei 9.430/96, constante no artigo 32 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do parágrafo 3º do artigo 17 da Lei 9.430/96, constante no artigo 32 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do parágrafo 3º do artigo 17 da Lei 9.430/96, constante no artigo 32 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do artigo 34 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado encaminhou a votação do artigo 34 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 34 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 34 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Juscelino Filho (UNIÃO - MA) - O Deputado destacou a relevância do programa Pé-de-Meia, que beneficia mais de 4 milhões de jovens, e defendeu sua consolidação como política permanente de incentivo à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

permanência escolar. Explicou que as bolsas de estudo do programa devem ser classificadas como gastos em educação, por se enquadrarem em manutenção e desenvolvimento do ensino. Também defendeu a retirada do limite de 20 bilhões de reais previsto na lei de criação do programa, argumentando que o valor se tornou insuficiente diante da expansão da iniciativa, cujo orçamento previsto para 2026 deve alcançar 12 bilhões de reais.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 34 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 34 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 34 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 34 do substitutivo apresentado ao Projeto de lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 34 do substitutivo do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 34 do substitutivo do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997. Além disso, criticou o Governo Lula pelo elevado déficit fiscal, alta de impostos sobre próteses e medicamentos, prejuízos a aposentados e agravamento da violência no Rio de Janeiro e em São Paulo. Ainda, acusou o Poder Judiciário de priorizar redes sociais em vez do combate ao crime. Por fim, solicitou a correção do painel eletrônico, com os registros de orientação de bancada que refletem fielmente a orientação, afirmando que, nas demais orientações, quando nenhum Líder ou Vice-Líder havia orientado, o painel permanecia em branco.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 34 do substitutivo do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997. Além disso, acusou o Governo Lula de maquiagem indicadores e dizer que a economia vai bem, enquanto boa parte da população depende do Programa Bolsa Família e outros auxílios, além de haver números recordes de migração de brasileiros e empresas para o Paraguai. Por fim, criticou a política tributária e a credibilidade dos dados oficiais, recorrendo a exemplos e declarações históricas para reforçar que o Governo PT está mentindo, roubando e taxando.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 34 do substitutivo do Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997. Além disso, defendeu o Programa Pé-de-Meia como direito educacional voltado à permanência no ensino médio e criticou PL e NOVO por se oporem à iniciativa. Por fim, sustentou que o Presidente Lula enfrentou fraudes no INSS, e expressou orgulho no Governo do Presidente.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Parlamentar parabenizou, pela condução dos trabalhos, o Presidente da sessão, que é o 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, do partido do Deputado, o Partido Liberal. Além disso, apresentou ao Plenário o Deputado Estadual Alcides Fernandes, do Ceará, a quem atribuiu futura candidatura ao Senado pelo seu partido. Ademais, mencionou a trajetória do Deputado Federal André Fernandes, filho do homenageado, e ressaltou alinhamento político na oposição ao Governo Lula. Por fim, enalteceu o trabalho do convidado na Assembleia Legislativa e elogiou ambos os Deputados, pai e filho.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou a atuação de Deputados da extrema direita, acusando-os de não se comprometerem com a educação, de votarem contra o Programa Pé-de-Meia e de defenderem interesses dos super-ricos, como bilionários, bancos e empresas de apostas (*bets*), ao rejeitarem sua tributação. Além disso, elogiou o Governo Federal por trabalhar no sentido de resgatar a dignidade da população do Rio de Janeiro. Por fim, citou reunião entre o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e o Governador Cláudio Castro, que resultou na criação de um escritório emergencial de combate ao crime organizado.

Juscelino Filho (UNIÃO - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997. Além disso, afirmou que o crime organizado nunca cresceu tanto como durante o Governo do PT e criticou a intimação do Governador Cláudio Castro para depor sobre a operação policial realizada no Rio de Janeiro contra o crime organizado. Por fim, expressou desconfiança quanto à proximidade entre essa intimação e a marcação do julgamento do processo de cassação do mandato do Governador pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Márcio Honaiser (PDT - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado, durante a discussão da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, registrou voto favorável à emenda, contrariando a orientação do MDB. Justificou o voto em defesa dos pescadores que têm direito ao seguro-defeso, desde que cumpram os requisitos legais, e defendeu a necessidade de garantir orçamento específico para assegurar o pagamento do benefício aos profissionais legítimos da pesca.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado parabenizou a nova gestão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, eleita para o biênio 2026–2027, elogiando o Presidente Desembargador Alexandre Miguel, o Vice-Presidente Dr. Francisco Borges, o Corregedor-Geral Dr. Glodner Luiz Pauletto e o Diretor da Escola da Magistratura de Rondônia, Desembargador Gilberto Barbosa. Destacou a reputação da Corte,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

reconhecida com seis Prêmios Selo Diamante e o Prêmio Inovare, e afirmou tratar-se do melhor Tribunal de Justiça do País. Por fim, também homenageou a gestão anterior, presidida pelo Desembargador Raduan Miguel, ressaltando seu legado e sua habilidade no diálogo com diversos Poderes e representantes federais.

Juscelino Filho (UNIÃO - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 37 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 37 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) e dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País, a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e alterações nas Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 9.796, de 5 de maio de 1999, nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e nº 9.481, de 13 de agosto de 1997. Além disso, cobrou do Congresso Nacional a aprovação de medidas urgentes de combate à criminalidade, criticando o Presidente Lula por ter qualificado traficantes como vítimas.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 37 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 37 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 37 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 37 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 37 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 37 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 37 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que o Deputado Otoni de Paula declarou na tribuna que quatro jovens de sua igreja foram assassinados pelo Governador Cláudio Castro, apesar de nunca terem tido envolvimento com o tráfico de drogas. Observou que, se tal denúncia tivesse sido feita por alguém da Esquerda, a chamada bancada da bala teria acusado de mentira. Questionou se farão o mesmo em relação a Otoni de Paula, que é conhecido por seu posicionamento conservador, e concluiu dizendo que a acusação é muito grave e que o Governador deve ser responsabilizado.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado respondeu ao parlamentar que o antecedeu, esclarecendo que, em seu discurso, o Deputado Otoni de Paula não havia se referido a jovens como membros da Igreja, mas como filhos de membros. Criticou a Governadora do Rio Grande do Norte, do PT, acusando seu governo de dificultar a atuação policial em áreas dominadas pelo crime, ao passo que elogiou o Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, pela condução de operações policiais e destacou o apoio da população ao enfrentamento do crime organizado.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que, até que se prove o contrário, os mortos em operação policial, exceto os quatro agentes, eram criminosos. Declarou que o caso deve ser apurado e defendeu a atuação dos policiais como cumprimento do dever legal no combate ao tráfico. Por fim, criticou o Presidente Lula por declaração em que trata traficantes como vítimas e afirmou que tal postura fragilizava o enfrentamento ao crime.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado manifestou consternação com as mortes ocorridas na operação policial no Complexo da Penha e no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Defendeu que os moradores das favelas não fossem tratados como criminosos e ressaltou que a violência urbana resulta de múltiplos fatores, incluindo desigualdades sociais e falta de planejamento. Citando a exortação *Dilexi Te*, do Papa Leão XIV, apelou por humanidade e solidariedade às famílias das vítimas, inclusive dos policiais mortos. Informou também sobre o encontro entre o Ministro Ricardo Lewandowski, o Diretor-Geral da Polícia Federal e o Governador Cláudio Castro, destacando a busca por soluções conjuntas. Concluiu pedindo reflexão sobre a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública para fortalecer políticas cidadãs.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado explicou que não participou da votação anterior por estar em reunião com o Ministro Camilo Santana tratando de pautas relacionadas às Apaes e ao PDL. Como Líder do Governo, defendeu a aprovação do destaque que mantém o texto sobre a compensação de PIS/Cofins, afirmando que a medida era essencial para combater a sonegação e as fraudes fiscais. Destacou que a proposta garantiria receitas necessárias ao custeio de programas e investimentos públicos, permitindo o corte



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

de gastos considerados supérfluos. Concluiu conclamando os colegas a votarem “sim” para preservar o texto em análise.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do artigo 37 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Juscelino Filho (UNIÃO - MA) - O Deputado explicou que a emenda em debate tratava da correção, pelo IPCA, do valor de imóveis declarados no Brasil e no exterior, como parte de um regime especial de regularização patrimonial. Afirmou que a medida poderia causar grande perda de arrecadação e destacou que o projeto já previa condições diferenciadas de pagamento e alíquotas específicas. Considerou, portanto, desnecessária a correção proposta e declarou a orientação contrária do bloco à emenda.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado afirmou que a preocupação com a segurança pública dominava o debate nacional e criticou o que classificou como condescendência de parte do Legislativo com o crime organizado. Disse que alguns discursos no plenário representaram a defesa dos interesses dessas organizações ao questionarem ações policiais e anteciparem julgamento contra agentes de segurança. Por fim, associou essa postura à ideologia do Foro de São Paulo e citou os governos de Nicolás Maduro e Gustavo Petro como parte desse alinhamento.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado apresentou questão de ordem com base no §2º do artigo 192 do Regimento Interno da Câmara, argumentando que apenas Líderes podem orientar suas bancadas em votações. Contestou a presença, no painel, da orientação de um bloco que não possuía Líder nem Vice-Líder formalmente nomeados. Afirmou ainda que a inclusão dessa orientação poderia comprometer a legitimidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

da votação e pediu que fosse retirada do sistema, uma vez que não refletia uma posição oficial do bloco, mas apenas a manifestação individual de um de seus integrantes.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 1 apresentada ao Projeto de Lei nº 458, 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Criticou a postura do Senado em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências, afirmando que a Casa havia se comprometido a aprová-la, mas arquivou a proposta logo após a votação na Câmara. Declarou que os três Poderes da República estavam em desequilíbrio e defendeu a aprovação da PEC como forma de restabelecer a harmonia



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

institucional. Informou que o País vivia sob um “Superpoder”, influenciado pelo que chamou de “judicialismo de coalizão” ligado ao Governo Lula. Também cobrou mais produtividade dos Senadores, destacando que a Câmara vinha cumprindo suas responsabilidades legislativas.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 1 apresentada ao Projeto de Lei nº 458, 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Juscelino Filho (UNIÃO - MA) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 458, 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 458, 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Douglas Viegas (UNIÃO - SP) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.721, de 2023, que declara a cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, como Capital Nacional do Skate.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.721, de 2023, que declara a cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, como Capital Nacional do Skate.

BREVES COMUNICAÇÕES

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado destacou a relevância do Projeto de Lei nº 1.721, de 2023, que declara a cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, como Capital Nacional do Skate, lembrando a tradição da cidade na modalidade desde os anos 1980 e seu papel no incentivo à juventude. Defendeu o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

esporte como instrumento social e de prevenção ao crime. Além disso, afirmou que Rio de Janeiro está no caminho certo ao combater o tráfico de drogas, embora tenha lamentado a morte de quatro policiais. Criticou o Presidente Lula por minimizar delitos e adotar uma postura conivente com o crime, além de impor mais impostos e aumentar o custo de vida da população.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado defendeu a atuação das forças de segurança do Rio de Janeiro (RJ) nas recentes operações contra o tráfico de drogas. Afirmou que criminosos se escondiam em comunidades para dificultar a ação policial e declarou apoio às ações do Bope e da Core, ressaltando que as mortes ocorridas envolveram pessoas armadas. Criticou discursos que buscavam vitimizar traficantes e destacou que a polícia cumpria seu dever ao enfrentar o crime. Anunciou apoio a uma moção de aplausos às polícias Civil e Militar e encerrou o pronunciamento com críticas ao Presidente Lula.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada manifestou solidariedade às famílias das vítimas da operação policial no Rio de Janeiro (RJ), que classificou como uma ação sangrenta e sem justificativa. Comparou o episódio à invasão do Carandiru e citou o exemplo da Deputada Benedita da Silva, ex-Governadora do Rio de Janeiro, que demonstrou ser possível combater o crime sem mortes. Afirmou que nenhum modelo de extermínio poderia representar o Estado e defendeu uma discussão nacional sobre segurança pública com foco na valorização dos profissionais da área. Elogiou a Operação Carbono Oculto, do Governo Lula, que prendeu financiadores do crime organizado, e apelou por empatia e respeito às famílias atingidas pela violência.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado alertou para a crise enfrentada pelo setor leiteiro brasileiro, destacando o impacto da queda dos preços, do aumento dos custos de produção e da concorrência com o leite subsidiado importado do Mercosul. Criticou a recente decisão do Departamento de Defesa Comercial que passou a considerar o leite in natura diferente do leite em pó importado, medida que desprotege o produtor nacional. Citou a situação crítica de Santa Catarina, onde o preço pago ao produtor ficou abaixo do custo de produção, levando muitos a abandonar a atividade. Anunciou a realização de audiência pública na Comissão de Agricultura para discutir alternativas que garantissem a sobrevivência dos produtores e a sustentabilidade do setor.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado defendeu a operação policial conduzida pelo Governador Cláudio Castro no Rio de Janeiro (RJ) e criticou a postura do Governo Federal em relação à segurança pública. Afirmou que o Presidente Lula tratava traficantes e criminosos como vítimas da sociedade, enquanto os que defendiam o enfrentamento ao crime estariam ao lado do Governo fluminense. Responsabilizou o PSB, partido do Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, por ter recorrido ao Supremo Tribunal Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

durante a pandemia para restringir operações policiais, o que contribuiu para o avanço do tráfico. Encerrou sua fala elogiando a condução da política de segurança no Rio de Janeiro.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada defendeu as Apaes e instituições especializadas no atendimento a pessoas com deficiência, criticando o Decreto nº 12.686/2025 do Governo Federal, que determinou a inclusão obrigatória de alunos com deficiência intelectual, múltipla ou Transtorno do Espectro Autista na rede regular de ensino. Afirmou que o País não possuía estrutura adequada para essa mudança e alertou que a medida violava a Constituição, ao comprometer o financiamento das entidades. Destacou a mobilização do Parlamento em diálogo com o Ministro Camilo Santana para rever os dispositivos. Defendeu o direito das famílias de escolher o tipo de atendimento educacional mais adequado.

Diego Garcia (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado relatou a reunião entre líderes partidários e o Ministro da Educação, Camilo Santana, para discutir o Decreto nº 12.686, de 2025, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Afirmou que a medida representava uma “política de exclusão”, ao determinar a inclusão obrigatória de alunos com deficiência na rede regular de ensino, o que já havia causado a suspensão de matrículas em escolas especializadas no Paraná. Criticou o apoio do Conselho de Secretários de Educação e da Frente Nacional de Prefeitos ao decreto e defendeu que Governadores e Prefeitos se posicionassem publicamente. Anunciou nova reunião no Ministério da Educação.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado comentou os debates sobre a operação policial no Rio de Janeiro (RJ) e criticou a postura de parte da imprensa e de alguns Parlamentares em relação ao tema. Afirmou que colegas como os Deputados Sargento Fatur, Rodolfo e Delegado Paulo Bilynskyj foram alvo de ofensas ao defenderem a ação das forças de segurança. Criticou jornalistas e veículos de comunicação que trataram criminosos armados com indulgência, enquanto rotulavam manifestantes contrários ao resultado das eleições como “golpistas”. Declarou que a cobertura da mídia refletia uma inversão de valores e que o País vivia um cenário em que “bandido não podia ser chamado de bandido”.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado anunciou campanha publicitária por outdoors no Rio Grande do Norte para prestar contas sobre investimentos em segurança pública, e afirmou ser o Parlamentar que mais destinou emendas ao setor, totalizando 30 milhões de reais em dois anos. Explicou que a peça usou a frase incompleta “Bandido bom é bandido...” e relatou reação de setores de Esquerda, que o denunciaram ao Ministério Público Federal. Criticou o Conselho Estadual de Direitos Humanos, acusando-o de partidarismo e de omissão diante de crimes recentes, e reiterou o compromisso do seu mandato com ações de combate à criminalidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado destacou a importância da reunião da bancada da segurança pública, que tratou do piso salarial nacional, da habitação, da carga horária e das condições de trabalho de policiais e bombeiros. Manifestou apoio ao Governador Cláudio Castro pelas ações contra o crime organizado no Rio de Janeiro (RJ) e pediu que o Governo Federal apoiasse o Estado. Criticou o Presidente da República por não decretar a GLO e por ignorar a situação da população fluminense. Reafirmou compromisso com os operadores de segurança, tanto ativos quanto veteranos, e defendeu o fortalecimento das políticas públicas voltadas à categoria e à segurança da população.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada abordou a preocupação das famílias com o decreto do Governo Federal que gerou insegurança nas escolas especializadas e levou instituições a recusarem matrículas de crianças com deficiência. Defendeu o direito dos pais de escolherem entre o ensino regular e as instituições especializadas, como Apaes e Pestalozzis, afirmando que inclusão também ocorre nesses espaços. Relatou reunião com o Ministro Camilo Santana, intermediada pelo Presidente Hugo Motta, e informou que uma nova reunião foi marcada para discutir a retificação do decreto. Destacou o caráter suprapartidário da mobilização e pediu serenidade às famílias até que haja uma posição oficial que assegure a continuidade das matrículas e o funcionamento das escolas especializadas.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado manifestou solidariedade às Apaes de todo o País e criticou o decreto do Governo Federal que prejudicou diretamente pessoas com deficiência e instituições especializadas em educação inclusiva. Afirmou que o Governo, ao invés de promover a inclusão, adotou uma medida que impactou os mais vulneráveis. Relatou que tem destinado emendas parlamentares para apoiar as Apaes do Rio Grande do Norte diante das dificuldades enfrentadas. Cobrou posicionamento de Prefeitos, Governadores e Secretários de Educação, e pediu que reconsiderassem o apoio à medida, ressaltando que o decreto comprometeu o atendimento às pessoas que mais necessitam de cuidado e atenção especial.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada manifestou solidariedade às famílias das vítimas da violência e aos policiais mortos em serviço. Afirmou que a crise de segurança ultrapassava fronteiras estaduais e estava ligada a rotas internacionais do tráfico, exigindo cooperação entre Governadores, o Presidente da República e o uso de inteligência artificial no combate ao crime. Destacou que os policiais enfrentavam riscos extremos e que a insegurança atingia toda a população. Solicitou apoio da bancada da segurança pública para construir uma proposta conjunta e reforçou que a responsabilidade pela proteção dos cidadãos era de todo o País, e não apenas dos Governos estaduais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o Governo Federal pela ausência de apoio ao Rio de Janeiro (RJ) durante a recente operação policial que resultou na apreensão de dezenas de fuzis e armas de grosso calibre. Afirmou que o Governo negou pedidos de blindados e assistência das Forças Armadas, o que poderia ter evitado mortes de policiais. Também questionou a posição do Presidente Lula e de seu partido em relação ao combate ao crime organizado, citando declarações sobre a não decretação de GLO e a postura em temas internacionais. Defendeu que o Governo assuma uma posição firme contra o narcotráfico e declarou que o País precisa escolher o lado da segurança pública e das forças policiais.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado destacou que apenas cinco Parlamentares permaneciam presentes no momento de sua fala — quatro sargentos da Polícia Militar e um policial rodoviário federal —, ressaltando que a segurança pública continua sendo prioridade na Câmara dos Deputados. Com o bordão “Força e honra!”, reforçou apoio às forças de segurança e dirigiu uma mensagem direta a criminosos do Rio de Janeiro. Por fim, reafirmou sua postura de enfrentamento ao crime organizado e defendeu ação rigorosa das polícias no combate à violência.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Presidente da sessão encerrou os trabalhos agradecendo aos servidores da Câmara dos Deputados pelo empenho durante o dia mais longo de votações da atual legislatura. Disse que a jornada, que começou pela manhã e se estendeu até depois das 22h, resultou em importantes aprovações nas áreas de defesa das mulheres, direitos dos consumidores — incluindo o projeto sobre bagagens de mão — e segurança pública. Destacou a produtividade da semana de esforço concentrado e reafirmou o compromisso da Casa com o povo brasileiro, especialmente com a população da Paraíba. Em seguida, conduziu um minuto de silêncio em homenagem aos policiais mortos no Rio de Janeiro, encerrando com uma saudação às forças de segurança e uma mensagem de solidariedade às famílias das vítimas.

Celso Russomanno (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado apresentou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 927, de 2025, que susta o Decreto nº 12.375, de 2025, que “dispõe sobre as Cartas Patentes dos oficiais das Forças Armadas”. Disse que o decreto presidencial extrapola o poder regulamentar ao restringir a validade das Cartas Patentes de oficiais temporários apenas ao período de serviço ativo, o que, em sua avaliação, viola a Constituição Federal e a hierarquia militar. Além disso, citou o artigo 142 e seu §3º, inciso VI, para sustentar que apenas decisão de tribunal militar pode determinar a perda de posto e patente. Também ressaltou que a Carta Patente não é mero documento simbólico, mas um instrumento que confirma prerrogativas e deveres inerentes ao oficialato. Argumentou que o ato do Executivo cria distinção inexistente entre oficiais de carreira e temporários, afetando a segurança jurídica e a estabilidade das carreiras militares. Na continuidade, fez menção ao artigo 49 da Constituição e defendeu o uso do poder do Congresso Nacional



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

para sustar atos normativos que exorbitem os limites legais. Concluiu pedindo apoio dos colegas para a aprovação do PDL, a fim de restabelecer a ordem constitucional e preservar as instituições militares.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado criticou a chamada “Taxa das Blusinhas”, criada há um ano para taxar em 20% as importações de até 50 dólares, afirmando que a medida não gerou empregos, não atraiu investimentos e penalizou as famílias de baixa renda. Com base em estudo da LCA Consultores, destacou que o crescimento do emprego nos setores beneficiados pela tarifa — comércio varejista e indústria — foi de apenas 0,97%, muito abaixo da média nacional de 3,04%. Argumentou que 70% da arrecadação da taxa veio das classes C, D e E, o que a torna regressiva e socialmente injusta. Além disso, afirmou que a medida reduziu o poder de compra das famílias e limitou o acesso a produtos básicos, como roupas e eletrônicos simples, que muitas vezes não possuem equivalentes acessíveis no mercado interno. Também observou que países vizinhos, como Chile e Colômbia, isentam remessas de baixo valor, enquanto o Brasil adota uma das cargas tributárias mais pesadas da região. Disse que a taxa representa uma “proteção ineficiente que custa caro ao povo”, e é preciso substituí-la por políticas de estímulo à competitividade e à inovação. Por fim, defendeu que o Congresso revise a medida com base em evidências e diálogo com o setor produtivo, consumidores e representantes da economia digital.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado lamentou a tragédia no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro (RJ), que resultou em mais de cem mortes, e criticou a falta de coordenação entre as forças de segurança. Defendeu a aprovação da chamada PEC da Segurança Pública, proposta pelo Governo Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Afirmou que a PEC busca fortalecer as polícias e evitar o uso político da violência, destacando que o país precisa de uma política de segurança baseada em inteligência, prevenção e justiça. Por fim, pediu urgência na votação e concluiu que o episódio na Penha deve servir como alerta e ponto de virada para uma nova política nacional de pacificação.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a falta de coordenação do Governo Federal na Operação Contenção, no Rio de Janeiro (RJ), que deixou mais de cem mortos. Afirmou que Estados como o Acre, com fronteiras vulneráveis ao tráfico internacional, enfrentam sozinhos uma guerra contra facções como o Comando Vermelho e o PCC, que, segundo ele, deveriam ser reconhecidas como organizações terroristas. Na oportunidade, acusou o Governo Lula de negar apoio aos Estados e de adotar uma política reativa e ineficaz, pedindo investimentos em inteligência, segurança de fronteiras e integração nacional. Encerrou defendendo uma resposta firme e coordenada do Estado contra o crime organizado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado prestou homenagem aos quatro policiais mortos durante a operação no Complexo do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro (RJ). Ressaltou que os agentes Rodrigo Velloso Cabral, Marcus Vinícius Cardoso de Carvalho, Cleiton Serafim Gonçalves e Heber Carvalho da Fonseca não são apenas números, mas vidas dedicadas à proteção da sociedade, lembrando que todos deixaram famílias e uma trajetória marcada por coragem e compromisso com a segurança pública. Pediu que a Câmara registrasse um minuto de silêncio em memória dos policiais e destacou que o país deve respeito e gratidão eternos aos profissionais que colocam suas vidas em risco para defender a população. Encerrou afirmando que o exemplo desses heróis deve inspirar o Brasil a nunca desistir da luta por segurança, justiça e vida.

Weliton Prado (SOLIDARIEDADE - MG) - O Deputado celebrou o Dia do Hematologista e Hemoterapeuta, data instituída pela Lei nº 14.919/2024, originária de proposição da qual foi Relator, o Projeto de Lei nº 3.466, de 2023, que institui o dia 29 de outubro como a data de celebração. Destacou que essas especialidades são fundamentais para o diagnóstico e o tratamento de doenças do sangue, como anemias, leucemias, linfomas e distúrbios de coagulação, e para garantir o uso seguro do sangue em procedimentos médicos. Ressaltou que esses profissionais atuam em todo o país, inclusive pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e são responsáveis por salvar vidas em cirurgias, emergências e tratamentos oncológicos. Defendeu o fortalecimento da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados e o acesso equitativo a terapias hematológicas modernas, como as terapias celulares. Também parabenizou a Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH). Por fim, afirmou que a data deve inspirar políticas públicas que valorizem os profissionais e assegurem diagnóstico precoce, tratamento adequado e sangue seguro para todos os brasileiros.

Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO - TO) - O Deputado destacou a recondução de Edvaldo Nilo de Almeida ao cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público (CNMP) para o biênio 2024-2026, na vaga da Câmara dos Deputados. Ressaltou o papel de Edvaldo como um representante de equilíbrio, ética e transparência, reconhecido por seu empenho no fortalecimento das instituições e na defesa da ordem jurídica. Afirmou que o conselheiro tem se notabilizado pela dedicação à modernização e à responsabilidade institucional do Ministério Público, além de sua atuação em temas sensíveis, como a proteção de minorias, o combate à corrupção e a defesa da democracia. Ao elogiar-lo por seu perfil conciliador e sua capacidade de diálogo com o Congresso e a sociedade, afirmou que sua recondução assegura a continuidade de uma representação qualificada e comprometida com os valores constitucionais no CNMP.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado prestou homenagem ao Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, defendendo o reconhecimento e a valorização dos profissionais que sustentam o funcionamento do Estado brasileiro. Destacou que sem o servidor público não há saúde, educação,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 236.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/10/2025

segurança, justiça nem cidadania, e afirmou que esses trabalhadores são a “espinha dorsal” da nação. Fez um panorama crítico da realidade enfrentada pela categoria: salários baixos, falta de concursos, terceirizações precárias, infraestrutura deficiente e sobrecarga de trabalho, além do abandono da saúde mental dos servidores. Além disso, citou exemplos de atuação heroica, como durante a crise do oxigênio no Amazonas, e exaltou a dedicação de policiais, médicos, professores e agentes comunitários. Também fez um apelo aos gestores e legisladores para que investir no serviço público seja visto como investimento no futuro do país, e não como gasto. Defendeu melhores condições de trabalho, reconhecimento, capacitação e respeito aos servidores de todas as áreas — dos cargos mais visíveis aos mais humildes. Por fim, afirmou que o Brasil só será mais justo e desenvolvido com um serviço público forte, eficiente e valorizado, e prestou homenagem aos servidores que perderam a vida em serviço, pedindo que suas memórias sejam honradas com ações concretas e políticas de valorização da carreira pública.

Marussa Boldrin (MDB - GO) - A Deputada celebrou o Dia do Hematologista e Hemoterapeuta, comemorado em 29 de outubro e instituído pela Lei nº 14.919/2024, aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidência da República. Destacou que a data é uma homenagem justa aos profissionais que diagnosticam e tratam doenças do sangue e da medula óssea, além de garantirem a segurança e a disponibilidade do sangue para toda a população. Ressaltou que esses especialistas, presentes tanto no Sistema Único de Saúde (SUS) quanto na rede privada, são fundamentais em cirurgias, partos, tratamentos oncológicos e emergências, atuando com discrição, ciência e solidariedade. Também defendeu o fortalecimento da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados (Lei nº 10.205/2001) e o apoio a terapias hematológicas modernas, incluindo novas terapias celulares e medicamentosas. Parabenizou a Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH) pelo trabalho em defesa da qualidade assistencial e da inovação científica, e concluiu pedindo que a data sirva para estimular políticas públicas que valorizem esses profissionais e assegurem sangue seguro, diagnóstico precoce e tratamento adequado a todos os brasileiros.

ENCERRAMENTO